



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43
NIRE 3330029520-8
Companhia Aberta

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 14/05/2018, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) vem apresentar aos seus Acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14/05/2018:

(i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, e, após atenta consideração, aprovem os referidos documentos, que estão disponíveis para consulta no site da Companhia e no site da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, juntamente com o relatório dos auditores independentes, o formulário das demonstrações financeiras padronizadas – DFP – e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

A administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no exercício encerrado em 31/12/2017 e aprovado o registro do prejuízo na conta de prejuízos acumulados.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2018.
Conselho de Administração

ANEXO I
(EDITAL DE CONVOCAÇÃO)

Edital de Convocação	3
----------------------------	---

ANEXO II
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES)

Condições financeiras/patrimoniais	5
Resultado operacional e financeiro	35
Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras	42
Mudanças nas práticas contábeis, ressalvas e ênfases	46
Políticas contábeis críticas.....	63
Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia	65
Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	66
Plano de negócios.....	66
Outros Fatores Relevantes.....	78

ANEXO III
(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

Proposta para Destinação do Lucro Líquido, nos Termos do anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	79
---	----

ANEXO I

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 14 de maio de 2018, às 11:00h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (1) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- (2) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na forma da Instrução CVM 481/09, e na B3 (<http://www.bmfbovespa.com.br/>), para exame pelos senhores Acionistas.
2. Em 28 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que em razão da complexidade dos impactos da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial nos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017, e com foco na qualidade e adequação do tratamento de informações contábeis, a Companhia não iria divulgar suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017 naquela data. As demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2017 foram divulgadas em 12 de abril de 2018.
3. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, aos cuidados da Gerência Societário e M&A:
(i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de

Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

4. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

5. Por fim, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos seus acionistas nesta Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") e, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGE, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2018.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, TV paga, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais.

Posteriormente, em junho de 2016, a Companhia e alguma de suas subsidiárias protocolaram pedido de recuperação judicial. Ao longo de 2017, a Companhia manteve negociações com seus credores até que no final de 2017 conseguiu aprovar em Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Oi, o qual encontra-se em fase de implementação.

A liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era negativo em R\$ (13.513) milhões em 2017, negativo em R\$ (6.666) milhões em 31 de dezembro de 2016 e positivo em R\$ 2.361 milhões.

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R\$21.438,4 milhões, representado por 668.033.661 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais.

Como resultado da conversão voluntária, o capital social da companhia passou a ser representado por 668.033.661 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais.

Em 1º de fevereiro de 2016, ocorreu a alteração na proporção do Programa de *Depositary Receipts*, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia ("DR Ordinário"). Desde então, cada DR Ordinário passou a representar cinco ações ordinária de emissão da Companhia.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2017, os titulares de ações preferenciais passaram a ter direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2017, (20)% de capital próprio e 120% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2016, (10)% de capital próprio e 110% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2015, 3% de capital próprio e 97% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.

Finalmente, é importante esclarecer que a Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado e o objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia, historicamente, emite valores mobiliários no mercado local e internacional para refinar a sua dívida de curto prazo, em condições de normalidade com seus negócios. Atualmente, a Companhia está tomando todas as medidas necessárias para implementação do Plano de Recuperação Judicial visando concluir a reestruturação de sua dívida.

O Plano de Recuperação Judicial estabelece que a Companhia poderá, caso necessário, em até 2 anos da data da Homologação Judicial do Plano, contratar dívidas adicionais no valor de R\$ 4,5 bilhões. Estas captações serão realizadas em condições atrativas para viabilizar a capitalização dos recursos necessários à consecução das atividades da Companhia.

As operações da Companhia dos segmentos residencial, mobilidade pessoal e empresarial / corporativo representam uma fonte de grande geração de caixa para a Companhia, permitindo a gestão de seus compromissos financeiros nos próximos 12 meses. Ainda, a Companhia espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua

geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. É importante esclarecer que as estimativas e projeções da administração da Companhia podem não ser atingidas, podendo indicar incertezas materiais, e gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo a Companhia o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil.

A Companhia também concentrará seus esforços para melhoria da qualidade, transformação digital, controle de custos com eficiência operacional, gestão de caixa e, após a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, a reestruturação de sua dívida.

As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

Além disso, a ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida.

A impossibilidade de contratar dívidas adicionais pode comprometer a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa utilizados atividades operacionais relacionadas as operações continuadas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$3.100 milhões e o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais em 2015 foi de R\$1.539 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2014 foi de R\$3.652 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano de Recuperação Judicial aplicáveis a cada caso:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo;

- venda de ativos; e
- emissão de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

Conforme mencionado do item “d”, a principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais relacionadas as operações continuadas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$4.401 milhões e o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais em 2016 foi de R\$3.100 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2015 foi de R\$1.539 milhões.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia, em suas atividades comerciais normais, se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação (“ECAs”) para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve captação de recursos e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$659 milhões e R\$1 milhão, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve captação de recursos e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$6.289 milhões e R\$1.784 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$7.219 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$11.330 milhões e R\$3.705 milhões, respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a dívida consolidada da Companhia era de R\$ 54.620 milhões, R\$ 48.191 milhões e R\$ 54.981 milhões, respectivamente. O nível do endividamento da Companhia eleva as despesas financeiras significativamente, refletindo-se na demonstração de resultados. Despesas financeiras consistem principalmente em juros sobre empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras, quando aplicáveis. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$10 milhões, das quais R\$4 milhões correspondem a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.667 milhões, das quais R\$3.537 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$13.308 milhões, das quais R\$4.050 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2017 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2016, para o item “3.7” do Formulário de Referência) era de R\$ 82.152 milhões (R\$ 72.638 milhões em 2016 e R\$ 83.848 milhões em 31 de dezembro de 2015) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido do acionista controlador) era negativo em 5,95 (negativo em -9,74 em 31 de dezembro de 2016 e positivo em 0,07 em 31 de dezembro de 2015).

As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos.

A Standard & Poor's, Moody's e Fitch mantêm ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer *downgrade* no rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós. As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por Natureza

Em milhões de Reais	Vencimentos		
	2017	2016	2015
"Senior Notes"	35.636	30.801	38.670
Moeda nacional	1.272	1.151	1.091 Set/2016
Moeda estrangeira	34.364	29.650	37.579 Jul/2016 à Ago/2022
Instituições financeiras	14.269	13.242	17.541
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2.874	2.598	2.416 Jul/2016 à Jan/2028
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	1.781	1.616	1.398 Ago/2022
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	9.614	9.028	10.987 Jul/2016 à Dez/2033
Linha de crédito rotativo			2.740
Debêntures públicas	4.908	4.436	4.145 Dez/2016 à Jul/2021
Subtotal	54.813	48.479	60.356
Custo de captação incorrido	(298)	(392)	(498)
Total	54.515	48.086	59.858
Circulante	54.515	48.086	11.810
Não circulante			48.048

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
EURO	21.9901	18.127	24.222
Dólar Norte-Americano	17.691	16.511	22.714
Reais	14.834	13.448	12.922
Total	54.515	48.086	59.858

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Taxa pré-fixada	36.616	31.680	39.893
Libor	4.992	6.893	8.812
CDI	7.631	4.734	6.347
TJLP	3.410	3.089	3.149
IPCA	1.813	1.636	1.475
INPC	54	54	182
Total	54.515	48.086	59.858
(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes¹			

Financiamento em moeda nacional

Em virtude da aprovação do PRJ, deverão ser observados os termos e condições do mesmo em relação aos instrumentos de dívida originais em moeda nacional.

¹ Obrigações, encargos e datas de pagamento sujeitos a alterações na forma do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas subsidiárias ("PRJ") e da Lei n.º 11.101/2005.

Bancos de Desenvolvimento

Linhas de crédito celebradas com BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (“BNDES”)

A Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Ao longo de 2017 não foram realizados desembolsos junto às linhas que se encontravam vigentes.

No decorrer de 2017, não houve amortizações de principal e juros em virtude do processo de Recuperação Judicial.

A Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2017:

<u>Empréstimo</u>	Saldo (Em milhões de reais)	Juros	Amortização	Vencimento
Empréstimo Oi Móvel 2009 linha de crédito:				
Empréstimo A (1)	142	TJLP + 3,95%	Mensal	Dezembro, 2018
Empréstimo B (1)	14	4,50%	Mensal	Dezembro, 2018
Empréstimo A	1.467	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	102	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo D	149	TJLP + 2,18%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo E	13	TJLP	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo A	779	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B		2,50%	Mensal	Janeiro, 2021

Empréstimo	Saldo (Em milhões de reais)	Juros	Amortização	Vencimento
Empréstimo C Oi Móvel 2012 linhas de crédito:	147	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo A	861	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	89	2,50%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo C	27	2,50%	Mensal	Julho, 2021

(1) Em 30 de setembro de 2013, as obrigações da Oi e Telemar assumidas nas linhas de créditos tomadas em 2009, foram assumidas pela TNL PCS, com o devido consentimento do BNDES. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS referentes a estas linhas de crédito.

Linhas de crédito celebradas com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB")

Em fevereiro de 2009, a TNL PCS celebrou uma linha de crédito com o BNB, pelo qual o BNB concordou em desembolsar empréstimos no valor total de até R\$369 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para investimentos em infraestrutura em telecomunicações de telefonia móvel da Telemar para a região nordeste do Brasil. Em 2009, foi um valor de R\$369 milhões. Este empréstimo prevê uma remuneração equivalente a 10,0% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos juros. O contrato de abertura de crédito prevê um pagamento mensal de juros, até o vencimento em fevereiro de 2019. O valor de principal começou a ser pago em março de 2011, totalizando 96 parcelas mensais iguais. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$123 milhões. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS previstas nestes contratos de empréstimos.

Cédula de Crédito Bancário ("CCB")

Em maio de 2008, a TMAR contratou uma linha de crédito com uma instituição financeira brasileira, no montante de R\$4.300 milhões. Os empréstimos sob a referida linha de crédito, originalmente, foram atrelados ao pagamento da variação da taxa de CDI acrescida de 1,30% ao ano, por meio de pagamentos semestrais nos meses de maio e novembro de cada ano. Em maio de 2011, a Companhia renegociou essa modalidade de empréstimo, de modo que: (a) entre período de maio de 2011 a maio de 2014 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,00% ao ano; e (b) entre período de maio 2014 a maio de 2018 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,83% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$2.304 milhões.

Financiamento em moeda estrangeira

Em virtude da aprovação do PRJ, deverão ser observados os termos e condições do mesmo em relação aos instrumentos de dívida em moeda estrangeira originais.

Linhas de crédito de ECA

A Companhia e a TMAR contrataram financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: CDB – “*China Development Bank*”, “*Delcredere Ducroire*” e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Em 2017 não houve amortizações de principal e juros das Linhas de Crédito de ECA, em virtude do processo de Recuperação Judicial.

Em de 2016 foram amortizados US\$63 milhões (R\$223 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “*Swedish Export Corporation*” em junho de 2011.

Em 2016 foram amortizados US\$45 milhões (R\$175 milhões) dos contratos de financiamento assinados pela TMAR junto ao FEC – “*Finnish Export Credit*” em junho de 2008, agosto de 2009 e dezembro de 2011.

Em 2016 foram amortizados US\$10 milhões (R\$34 milhões) do contrato de financiamento assinados pela Companhia junto ao FEC – “*Finnish Export Credit*” em outubro de 2014.

Em de 2016 foram amortizados US\$6 milhões (R\$24 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Nordic Investment Bank*” em julho de 2008.

Em 2016 foram amortizados US\$51 milhões (R\$198 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*China Development Bank*” em fevereiro de 2009 e outubro de 2009.

Em 2016 foram amortizados US\$9 milhões (R\$34 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“*Office National Du Ducroire/Nationale DelcredereDienst*”) em março de 2013.

Em 2016 foram amortizados US\$14 milhões (R\$49 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto à EDC (“*Export Development Canada*”) em julho de 2012.

Em 2016 foram amortizados US\$14 milhões (R\$57 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao *Crédit Agricole Corporate and Investment Bank* (“*Crédit Agricole*”) em abril de 2010.

Em dezembro de 2015 foram desembolsados US\$632 milhões (R\$2.391 milhões) dos contratos de financiamento assinados pela TMAR junto ao “China Development Bank” em dezembro de 2015, no valor total de US\$1.200 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos e refinar dívidas.

Em março de 2015, foram desembolsados US\$128 milhões (R\$414 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à FINNVERA em outubro de 2014, no valor total de US\$397 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em fevereiro de 2015, foram desembolsados US\$41 milhões (R\$112 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“Office National Du Ducreire/Nationale Delcrederedienst”) com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Linha de crédito aberta com o Export Development Canada (“EDC”)

Em julho de 2012, a TMAR celebrou com a EDC um Export Credit Facility Agreement pelo qual a EDC se comprometeu a desembolsar um empréstimo no valor total de até US\$200 milhões. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo prevê a uma remuneração fixada em 2,25% ao ano. O Export Credit Facility Agreement prevê que o valor de principal deve ser amortizado em 17 parcelas semestrais iguais, pagas no período de maio de 2014 a maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de principal em aberto era de US\$141 milhões.

Em virtude da aprovação do PRJ, deverão ser observados os termos e condições do mesmo em relação aos instrumentos de dívida originais.

Linha de crédito aberta com a FINNVERA

Em junho de 2008, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA no montante de principal de até US\$ 300 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação têm sido utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em sua infraestrutura de telefonia fixa e de telefonia móvel. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. O acordo de crédito estabelece pagamentos semestrais dos juros, com vencimento no mês de dezembro de 2018, e 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de dezembro de 2010 para o valor principal. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 106 milhões.

Em agosto de 2009, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$500 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. O acordo de crédito prevê o pagamento semestral dos juros e o vencimento no mês de dezembro de 2019, bem como o pagamento do principal em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de agosto de 2011. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$206 milhões.

Em dezembro de 2011, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$200 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi

fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,90% ao ano. O acordo de crédito prevê que o pagamento semestral dos juros, e que o valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$118 milhões.

Em outubro de 2014, a Companhia celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$ 397,36 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação serão utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da Companhia em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,95% ao ano, com pagamentos semestrais. O acordo estabelece também o pagamento do valor do principal em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de maio de 2015 e final no mês de novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$115 milhões.

Linha de crédito aberta com o Nordic Investment Bank ("NIB")

Em julho de 2008, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o NIB pelo o qual o NIB se comprometeu em liberar uma linha de crédito o valor total de US\$250 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX.

No âmbito desta linha de crédito, foram desembolsados pela Companhia o valor principal de US\$100 milhões ("Empréstimo A") e US\$150 milhões ("Empréstimo B"). Este empréstimo prevê a uma remuneração equivalente à variação da taxa de LIBOR acrescida um spread de 1,18% ao ano, no caso do Empréstimo A e de 0,80 % ao ano, no caso do Empréstimo B, pagos semestralmente. Conforme estabelecido no contrato, o valor de principal do Empréstimo A deve ser amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010; e o valor de principal do Empréstimo B deve ser amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto era US\$29 milhões.

Linha de crédito aberta com a Office National Du Dueroire/Nationale Delcrederedienst ("ONDD")

Em março de 2013, a Companhia celebrou um *Credit Facility Agreement* junto à ONDD no valor total de US\$ 257 milhões, dividido em US\$128,5 milhões ("Tranche A") e US\$128,5 milhões ("Tranche B") com o objetivo de financiar parte dos investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito estabelece uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de setembro de 2014, e que o valor do principal deve ser amortizado em 18 parcelas semestrais, a partir de setembro de 2014 para a Tranche A e a partir de setembro de 2015 para a Tranche B, com vencimento final de amortização em março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto era US\$114 milhões.

Linha de crédito aberta com o China Development Bank ("CDB")

Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um *Credit Facility Agreement* com o CDB, que se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,0% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2016. De acordo com o contrato, o valor do principal deve ser amortizado em 14 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a junho de 2025. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto era US\$33 milhões.

Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um *Credit Facility Agreement* com o CDB, que se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Os recursos captados foram utilizados para refinarar dívidas. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,9% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2016. O contrato estabelece que o valor do principal deve ser amortizado em 5 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto era US\$600 milhões.

Em outubro de 2009, a TMAR celebrou um *Credit Facility Agreement* com o CDB, que se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito estabelece uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2010. O contrato prevê que valor do principal deve ser amortizado em 11 parcelas semestrais, no período de abril de 2012 a outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto era US\$35 milhões.

Linha de Crédito aberta com Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (“Crédit Agricole”)

Em abril de 2010, a TMAR celebrou um *Credit Facility Agreement* com o Crédit Agricole no valor total de até US\$220 milhões, em duas tranches de \$110 milhões cada. Os desembolsos foram utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo estabelece uma remuneração equivalente a variação da taxa média de Libor acrescida de um spread 1,40% ao ano, com pagamentos semestrais. O contrato prevê que o valor do principal deve ser amortizado em 17 parcelas semestrais desde agosto de 2011 para a primeira tranche e em agosto de 2012 para a segunda tranche. A TMAR celebrou com o Escritório Nacional de Du Ducroire (ONDD), a agência de crédito à exportação belga, uma apólice de seguro em conexão com este empréstimo. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do principal em aberto foi de US\$107 milhões.

Senior Notes

Em junho de 2015 a Oi Holanda emitiu “*Senior Notes*” no montante de 600 milhões de Euros, com taxa de remuneração de 5,625% a.a. e vencimento em 2021, com o objetivo de refinarar as dívidas da Oi e de suas subsidiárias. Com base nos recursos captados com a referida emissão a Companhia realizou aquisições no montante total de € 148 milhões de “*Notes*” anteriormente emitidas com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% e com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242%. Além disso, houve a adesão de troca por “*Notes*” da nova emissão, no montante total de € 173 milhões das “*Notes*” com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242% e com vencimento em dezembro de 2017 e cupom de 5,125%.

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu *Senior Notes* no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. As “*Notes*” estabelecem que o vencimento final deve ser em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma “*indenture*” suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Companhia possui outras emissões de *Senior Notes* em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia,

que substituiu a TMAR como emissora. Para mais informações acerca das emissões de *Senior Notes* pela Companhia e de suas subsidiárias vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

Debêntures Públicas

Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência. Em virtude da aprovação do PRJ, deverão ser observados os termos e condições do mesmo, tão logo, haja a emissão das debêntures previstas no PRJ.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, além das relações de longo prazo com instituições financeiras se encontram relatadas no item (i) acima, temos as transações descritas abaixo, que também deverão observar os termos e condições do PRJ.

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a TMAR transferiu 162 imóveis para a nossa subsidiária integral Copart 4 Participações S.A., ou Copart 4, e a Oi transferiu 101 imóveis para a Copart 5 Participações S.A., ou Copart 5, nossa subsidiária integral. A TMAR celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para o uso contínuo de todas as propriedades transferidas para a Copart 4 e a Oi celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para a continuação do uso de todas as propriedades e propriedades transferidas para Copart 5.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis, que representam todos os pagamentos sob estas locações para a BSCS - Brazilian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os certificados de Recebíveis Imobiliários, ou CRI's, apoiados por estes recebíveis. Os CRI's foram comprados por instituições financeiras brasileiras.

Recebemos uma receita líquida referente à cessão dos créditos de locação no montante total agregado de R\$1.585.000,00 em uma base consolidada e confirmaram as nossas obrigações de fazer os pagamentos cedidos como dívida de curto e longo prazo nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. Os rendimentos gerados nessa transação foram usados para pagar dívida de curto prazo. Em junho de 2012, cada um dos Copart 4 e Copart 5 amortizaram parcialmente os CRI's que eles emitiram para um montante total de R\$392,5 milhões. A partir de 31 de dezembro de 2013, a responsabilidade agregada sob estas locações foi R\$922.000.000,00.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Recuperação Judicial

Tendo em vista o pedido de recuperação judicial das Empresas Oi, protocolado perante o juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial"), em 20 de junho de 2016, cujo processamento foi deferido em 29 de junho de 2016, e, ainda, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano de Recuperação Judicial" ou "PRJ") pelos credores das Empresas Oi, em assembleia geral de credores realizada em 19 e 20 de dezembro de 2017, os prazos, encargos e demais condições dos instrumentos de dívida firmados pelas Empresas Oi foram alterados na forma do

PRJ, o qual foi homologado judicialmente em 8 de janeiro de 2018, em decisão que concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 05 de fevereiro de 2018. Para obter maiores informações sobre o PRJ, favor checar item "6.5" do Formulário de Referência.

Nesse sentido, o pagamento do principal e dos juros de todas as dívidas contraídas por conta da abertura de linhas de crédito nacionais tais como BNDES, BNB, CCB contratada junto ao Banco do Brasil S.A., CRI, Debêntures, as linhas de crédito internacionais contratadas junto à ONDD, FINNVERA, CDB e NIB, além dos *Senior Notes*, entre outros, será feito conforme previsto no mencionado PRJ.

Para assessorá-la na negociação de suas dívidas junto aos credores no âmbito do processo de recuperação judicial, a Companhia contratou a consultoria Laplace Finanças, conforme devidamente divulgado ao mercado por meio do comunicado ao mercado de 21 de novembro de 2016.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O endividamento da Companhia contempla dívidas garantidas por direito real e/ou quirografário. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia e suas controladas Telemar e Oi Móvel possuíam obrigações para cumprimento de índices financeiros ("*covenants*") nos contratos de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude do Plano de Recuperação Judicial.

De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "*covenants*" financeiros dos instrumentos de dívida originais não eram aplicáveis.

Em virtude da aprovação do PRJ, deverão ser observados os índices financeiros previstos no mesmo em relação à Classe II (BNDES), a serem apurados trimestralmente, a partir da conclusão da implementação integral da reestruturação das dívidas financeiras, nos termos do PRJ.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Linhas de crédito contratadas e utilizadas

N/A

N/A

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado)

Reapresentação dos valores referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e data-base de 1 de janeiro de 2016

A Administração da Companhia identificou por conta do processo de recuperação judicial, bem como na preparação do Plano de Recuperação Judicial a existência de deficiências em alguns controles de processos operacionais e financeiros e a oportunidade de obter melhores informações das entidades envolvidas no processo de recuperação judicial.

Atendendo à existência de informação apropriada para a conclusão do teste da avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros e aos efeitos das deficiências identificadas pela Administração no âmbito da Preparação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia reapresentou, nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos comparativos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1º janeiro de 2016 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8)– Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Vide maiores detalhes no item 10.4 deste formulário de referência.

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Cabo verde Telecom, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;

- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017	2016	Variação %
Residencial	9.171	9.376	(2,2)
Mobilidade pessoal	7.645	7.849	(2,6)
Empresarial / Corporativo	6.486	7.607	(14,7)
Outros serviços e negócios	488	1.164	(58,1)
Receita de vendas e/ou serviços	23.790	25.996	(8,5)
Despesas operacionais	(21.151)	(27.387)	(4,5)
Depreciação e amortização	(5.109)	(5.483)	(6,8)
Interconexão	(778)	(1.173)	(33,7)
Pessoal	(2.791)	(2.852)	(2,1)
Serviços de terceiros	(6.221)	(6.399)	(2,8)
Serviços de manutenção de rede	(1.252)	(1.540)	(18,7)
Custo de aparelhos e outros	(223)	(284)	(21,5)
Publicidade e propaganda	(414)	(449)	(7,8)
Aluguéis e seguros	(4.163)	(4.330)	(3,9)
Provisões / Reversões	(469)	(860)	(45,5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(692)	(643)	7,6
Reversão (perdas) com imparidade	4.701	(325)	(1.546,5)
Tributos e outras despesas	(543)	(769)	(29,4)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.197)	(2.280)	259,5
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(2.361)	(1.391)	69,7
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	(3.197)	(3.688)	(13,3)
Despesas financeiras	7.136	1.447	393,2
	(10.333)	(5.135)	101,2
Resultado antes dos tributos	(5.558)	(5.079)	9,4
Imposto de renda e contribuição social	(1.098)	(3.126)	(64,9)
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas	(6.656)	(8.205)	(18,9)

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 8,5% em 2017, principalmente devido à diminuição de 2,6% da receita líquida de mobilidade pessoal, de 14,7% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, de 2,2% da receita líquida de serviços residenciais e de 58,1% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, devido principalmente pela consolidação dos resultados em África, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R\$ 233 milhões em 2017, comparado com R\$833 milhões em 2016.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 38,5% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Variação %</u>
Serviços de telefonia fixa	9.233	9.947	(7,2)
Banda larga	5.156	5.188	(0,6)
TV por assinatura	1.496	1.290	16,0
Total	15.885	16.425	(3,3)

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 2,2% devido principalmente a: (1) redução de 3,3% na base de clientes de serviços residenciais; e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas de TV paga e pelo aumento de 3,9% no ARPU residencial, principalmente em razão da estratégia comercial de rentabilização da base de clientes e melhor qualidade de vendas.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 32,1% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que induzem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Variação %</u>
Pós-pago	6.731	6.872	(2,1)

Pré-pago	29.917	32.997	(9,3)
Total	36.648	39.870	(8,1)

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 2,6% devido principalmente a: (1) redução de 8,1% na base de clientes de mobilidade pessoal; e (2) redução na receita de uso da rede (interconexão), em razão da redução nas tarifas de interconexão VU-M. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de dados móveis e de serviços de valor adicionado e do aumento do ARPU móvel, devido principalmente à estratégia da Companhia de rentabilização da base de clientes.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 27,3% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	2017	2016	Varição %
Fixa	3.641	3.760	(3,2)
Banda larga	543	553	(1,8)
Móvel	2.316	2.290	1,1
Outros	12	13	(7,7)
Total	6.512	6.617	(1,6)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 14,7% principalmente devido a: (1) redução na base de clientes empresariais / corporativos; (2) redução das tarifas fixo-móvel (VC); e (3) de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas operacionais da Oi diminuíram 4,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente:

- Efeito da reversão de R\$4.701 de perdas com imparidade em 2017 comparado com uma perda em 2016 de R\$325 milhões;
- Redução de 33,7%, ou R\$ 395 milhões, nos custos de interconexão;
- Redução de 6,8 %, ou R\$ 374 milhões, em depreciação e amortização;
- Redução de 45,5 %, ou R\$ 391 milhões, em provisões / reversões;
- Redução de 17,71%, ou R\$ 288 milhões, nas despesas de serviços de manutenção de rede.

Os efeitos dessas diminuições foram parcialmente compensados pelo aumento de 259,5% ou R\$5.917 milhões em outras despesas operacionais.

O prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi aumentou 69,7%, para R\$ 2.361 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R\$ 1.391 milhões no mesmo período de 2016. Como porcentagem da receita líquida, o prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos tributos aumentou para 9,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra 5,4% no mesmo período de 2016.

Reversão / perdas com imparidade. Em 2017, foi realizada reversão de perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R\$4.747 milhões, devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do plano de recuperação judicial.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 33,7 %, para R\$778 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R\$1.173 no mesmo período de 2016, principalmente como resultado da redução nas tarifas interconexão VU-M ocorridas no período.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização diminuíram 6,8%, para R\$5.109 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R\$5.483 milhões no mesmo período de 2016, devido principalmente redução nos saldos do ativo imobilizado e intangível, devido ao reconhecimento de perdas por imparidade sobre os ativos em 2016.

Provisões e reversões. As provisões diminuíram 45,5%, para R\$469 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R\$860 milhões no mesmo período de 2016, devido principalmente a revisão dos controles, processos e conciliação dos saldos contábeis de provisões e depósitos judiciais no âmbito da revisão do processo de recuperação judicial.

Despesas com serviços de manutenção de rede. As despesas com serviços de manutenção de rede diminuíram 18,7%, para R\$1.252 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R\$1.540 milhões no mesmo período de 2016, devido principalmente a estratégia da Companhia de incorporação das operações de algumas prestadoras de serviço de rede no decorrer de 2016, o que reflete uma redução nos custos com serviços de manutenção de rede.

Outras despesas operacionais. As outras despesas operacionais aumentaram 259,5%, para R\$8.197 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R\$2.280 milhões no mesmo período de 2016, devido principalmente a provisão adicional decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL no montante de R\$6.482 milhões, considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira aumentou 393,2% ou R\$5.689 milhões, para R\$7.136 milhões em 2017 em relação a R\$1.447 milhões em 2016, principalmente devido ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL no montante de R\$4.873 milhões, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 101% ou R\$5.198 milhões, para R\$10.333 milhões em 2017 em relação a R\$5.135 milhões em 2016, principalmente devido a: (1) R\$4.945 milhões de aumento nas despesas de variação cambial sobre empréstimos, líquido das operações de instrumentos financeiros derivativos, ocorrido devido ao efeito negativo de variação cambial de R\$2.920 milhões em 2017, comparado com efeito positivo de R\$2.025 milhões em 2016, principalmente devido a depreciação de 1,2% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 14,3% do Real em relação ao

Euro no decorrer do exercício de 2017. No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2016, a Companhia não possuía mais operações com instrumentos derivativos contratadas. Para efeitos contábeis e de divulgação, os empréstimos e financiamentos exigíveis estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. No seguimento da recuperação judicial as dívidas serão novadas e serão pagas na forma do plano; e (2) R\$958 milhões de aumento nas despesas de juros e variações monetárias sobre outros passivos. Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de R\$823 milhões de R\$267 milhões em 2017 contra R\$1.090 milhões em 2016, nas despesas com perdas com investimentos financeiros classificados como ativos mantidos para venda, devido principalmente, a desvalorização de US\$ 39 milhões do valor justo do investimento financeiro e dividendos da Unitel e efeitos de variação cambial do Kwana para o Dólar e para o Real.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social diminuiu 65%, de R\$1.099 milhões em 2017 em relação a R\$3.126 milhões em 2016. A alíquota efetiva foi de 19,8% em 2017 e de 65,1% em 2016. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	2,7	(25,4)
Efeito tributário da provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(48,9)	(63,6)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Exterior	(7,8)	(6,9)
Outros	0,3	0,4
Alíquota efetiva	(19,8)	(61,5)

Nossa taxa efetiva de imposto foi negativa em 19,8% em 2017 (2016 – 61,5%), principalmente como resultado de (1) efeito de provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos que reduziram a taxa de imposto efetiva em 48,9% (2016 – 63,6%); (2) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Exterior, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 7,8% (2016 – 6,9%); e (3) efeito de ativos fiscais diferidos de exclusões (adições) permanentes, que aumentou a taxa de imposto efetiva em 2,7% (Redução em 2016 – 25,4%).

Resultado do exercício

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo de exercício foi de R\$6.656 milhões em 2017 em comparação a um prejuízo de R\$8.206 milhões em 2016.

h.2) Balanço Patrimonial

Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem					
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	Dez/17 x Dez/16 %	Dez/16 x Dez/15 %
Circulante	23.748	26.212	37.645	(9,4)	(30,4)
Caixa e equivalentes de caixa	6.863	7.563	14.898	(9,3)	(49,2)
Aplicações financeiras	21	117	1.802	(81,6)	(93,5)
Instrumentos financeiros derivativos			606	n.a	n.a
Contas a receber	7367	7891	8.010	(6,6)	(1,5)
Estoques	254	355	352	(28,6)	0,9
Tributos correntes a recuperar		1.542	1.063	(27,2)	45,1
Outros tributos	1.082	978	724	10,6	35,1
Depósitos judiciais	1.023	978	1.258	4,7	(22,3)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	1	7	1	(83,5)	768,4
Despesas antecipadas	307	294	293	4,6	0,2
Ativos mantidos para venda	4.675	5.404	7.686	(13,5)	(29,7)
Demais ativos	1.031	1.084	952	(4,9)	13,8
Não circulante	44.891	39.760	49.570	12,9	(20,1)
Aplicações financeiras	115	169	169	n.a	34,5
Instrumentos financeiros derivativos			6.780	n.a	n.a
Tributos diferidos a recuperar			2.358	n.a	n.a
Outros tributos	628	739	660	(15,1)	12,0
Depósitos judiciais	8.290	8.388	8.832	(1,2)	(6,7)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	101	110	129	(8,5)	(14,8)
Despesas Antecipadas	28	11	71	152,3	(84,3)
Demais ativos	254	166	171	53,5	(20,7)
Investimentos	137	136	155	0,6	(12,4)
Imobilizado	26.989	25.905	25.497	4,2	1,6
Intangível	8.351	4.136	4.791	101,9	(13,7)
TOTAL DO ATIVO	68.639	65.972	87.360	4,0	(24,5)

Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem					
PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	Dez/17 x Dez/16 %	Dez/16 x Dez/15 %
Circulante	67.892	61.286	26.111	10,8	134,7
Fornecedores	7.627	6.578	5.222	16,0	26,0
Salários, encargos sociais e benefícios	925	668	660	38,3	1,2
Empréstimos e financiamentos	54.515	48.086	11.810	13,4	307,2
Instrumentos financeiros derivativos	105	105	1.989	-	(94,7)
Tributos correntes a recolher	567	473	340	19,9	39,3
Outros tributos	1.444	1.814	1.554	(20,4)	16,8
Dividendos e juros sobre capital próprio	6	6	96	(3,4)	(93,3)
Autorizações e concessões a pagar	20	107	912	(81,0)	(88,3)
Programa de refinanciamento fiscal	278	106	78	163,7	34,5
Provisões	963	1.082	1.340	(11,0)	(19,2)
Provisões para fundos de pensão	62	147	145	(57,9)	1,6
Passivos associados a ativos mantidos para venda	354	545	745	(35,0)	(26,9)
Demais obrigações	1.025	1.568	1.220	(34,6)	28,6
Não Circulante	14.260	11.352	57.338	25,6	(80,2)
Empréstimos e financiamentos			48.048	n.a	n.a
Instrumentos financeiros derivativos			521	n.a	n.a
Tributos diferidos a recolher	3.077	1.764		74,5	n.a
Outros tributos	868	1.073	924	(19,2)	16,1
Autorizações e concessões a pagar	1	4	7	(85,2)	(38,4)
Programa de refinanciamento fiscal	611	655	717	(6,8)	(8,6)
Provisões	6.820	4.726	3.717	44,3	27,1
Provisões para fundos de pensão	571	450	399	26,8	12,7
Demais obrigações	2.314	2.680	3.004	(13,7)	(10,8)

Patrimônio líquido	(13.513)	(6.666)	2.362	102,7	(382,2)
Capital social	21.438	21.438	21.438		n.a
Custo de emissão de ações	(377)	(377)	(377)		n.a
Reservas de capital	13.242	13.242	13.242		n.a
Ações em tesouraria	(5.531)	(5.531)	(5.531)		n.a
Outros resultados abrangentes	(100)	(262)	338	(61,7)	(177,5)
Outros	(142)	4	4	(3.722,9)	n.a
Prejuízos acumulados	(42.336)	(35.971)	(27.943)	17,7	28,7
Participação dos não controladores	293	791	1.191	(62,9)	(33,6)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.639	65.972	85.810	4,0	(23,1)

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 das contas patrimoniais.

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$6.999 milhões em 31 de dezembro de 2017, um decréscimo de R\$850 milhões ou 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2016. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de desembolsos relacionados a: (i) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$4.344 milhões; (ii) recompra de ações no montante de R\$300 milhões; (iii) desembolsos referentes a principal de programa de refinanciamento fiscal; (iv) desembolsos líquidos de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R\$82 milhões; e (v) desembolsos relacionados a autorizações e licenças no montante de R\$104 milhões. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pela geração de caixa operacional no montante de R\$4.402 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$7.367 milhões, um decréscimo de R\$ 523 milhões ou 6,6% em relação a dezembro de 2016.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$0 milhões devido à provisão ao valor de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em decorrência das perdas ao valor recuperável de ativos não circulantes em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e as projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de

dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço realização em R\$ 7.314 milhões (R\$ 5.634 milhões na controladora) e R\$ 6.306 milhões (R\$ 5.098 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 1.008 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$9.313 milhões em 31 de dezembro de 2017, um decréscimo de R\$52 milhões em linha com o exercício anterior. Vale destacar que com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no processo de conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências, sendo reconhecidas em 1 de janeiro de 2016 baixas de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 4.166 milhões e R\$ 622 milhões, respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 5.558 milhões e R\$ 738 milhões, respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.507 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetárias sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

Ativos mantidos para venda

A redução no saldo no decorrer do exercício ocorreu devido a: (i) permuta de ações pela transferência da Samba Luxco para a Africatel de 11.000 ações representativas do capital social da Africatel, cada uma com valor nominal de € 1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Africatel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Africatel transferiu para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora namibiana de telecomunicações Mobile Telecommunications Limited ("MTC"), no montante de R\$374 milhões; (ii) reconhecimento de provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel no montante de US\$ 39 milhões, além de desvalorização do Kwanza face ao Dólar e ao Real e (iii) provisão para perda nos ágios de empresas africanas no montante de R\$22milhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$26.988 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R\$1.083 milhões ou 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2016, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$5.383 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; e (2) depreciações no montante de R\$4.203 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$ 8.351 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$4.214 milhões ou 101,9 % em relação a 31 de dezembro de 2016, representado principalmente devido a: (1) reversão de perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R\$4.747 milhões, devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do plano de recuperação judicial; (2) adições no montante de R\$ 412milhões; (3) amortizações no montante de R\$ 844 milhões.

Com a aprovação e homologação do PRJ, a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com relação ao saldo dos ativos não financeiros em 1 de janeiro de 2016, cabe destacar que a Companhia efetuou uma reapresentação dos saldos correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para corrigir erro em função do não reconhecimento da mais valia no processo de incorporação reversa da controladora TmarPart.

Contudo, nas demonstrações financeiras de 2016 não havia sido reconhecida perda por redução de valor recuperável do ativo não financeiro.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros (“*impairment*”) em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 de R\$ 7.591 milhões (R\$ 7.352 milhões na controladora) e R\$ 6.858 milhões (R\$ 6.619 milhões na controladora), respectivamente. O potencial efeito tributário de R\$ 2.497 milhões (R\$ 2.497 milhões na controladora) e R\$ 2.248 milhões (R\$ 2.248 milhões na controladora) não foi reconhecido em função do ajuste (b) abaixo. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 484 milhões, em resultado da reversão parcial da perda estimada do valor recuperável dos ativos não financeiros, da correção da depreciação do exercício e do respectivo efeito fiscal.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos – circulante e não circulante

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R\$54.515 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$6.429 milhões ou 13,4% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Os empréstimos e financiamentos exigíveis estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Com a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial, foi dado início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial (“Plano” ou “PRJ”), o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL por outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$21 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$90 milhões ou 80,96% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Provisões - circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$7.783 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R\$1.975 milhões ou 34% em relação a 31 de dezembro de 2016, devido principalmente a provisão adicional decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL no montante de R\$6.482 milhões, considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, reduzida do ajuste a valor presente no montante de R\$4.873 milhões, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ.

Vale destacar que com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no processo de conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências, sendo reconhecidas em 1 de janeiro de 2016 baixas de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 4.166 milhões e R\$ 622 milhões, respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 5.558 milhões e R\$ 738 milhões, respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.507 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetárias sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação dos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$13.512 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$6.846 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) prejuízo do exercício no montante de R\$6.656 milhões; (2) efeitos da permuta de ações entre Africatel e Samba Luxco em troca do investimento na MTC no montante de R\$374 milhões. Essas movimentações foram compensadas pelos efeitos de positivos de variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior no montante de R\$163 milhões e planos de pensão no montante de R\$ 20 milhões.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016 das contas patrimoniais.

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$7.849 milhões em 31 de dezembro de 2016, um decréscimo de R\$8.976 milhões ou 114% em relação a 1º de janeiro de 2016. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$5.780 milhões; (ii) liquidação de encargos financeiros de dívida no montante de R\$2.232 milhões (iii) aquisição de bens do ativo imobilizado e

intangível no montante de R\$3.264 milhões; (iv) desembolsos líquidos de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R\$660 milhões; e (v) desembolsos relacionados a autorizações e licenças no montante de R\$205 milhões. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pela geração de caixa operacional no montante de R\$3.100 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$105 milhões em 31 de dezembro de 2016. No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2016, a Companhia não possuía mais operações com instrumentos derivativos contratados.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$7.891 milhões, um decréscimo de R\$ 119 milhões ou 1,48% mantendo-se estável em relação a 1º de janeiro de 2016.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$0 milhões devido à provisão ao valor de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em decorrência das perdas ao valor recuperável de ativos não circulantes em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e as projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço realização em R\$ 7.314 milhões (R\$ 5.634 milhões na controladora) e R\$ 6.306 milhões (R\$ 5.098 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 1.008 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$9.366 milhões em 31 de dezembro de 2016, um decréscimo de R\$ 846 milhões ou 8,3% em relação a 1º de janeiro de 2016. Vale destacar que com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no processo de conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências, sendo reconhecidas em 1 de janeiro de 2016 baixas de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 4.166 milhões e R\$ 622 milhões, respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 5.558 milhões e R\$ 738 milhões, respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.507 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetárias sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

Ativos mantidos para venda

A redução no saldo no decorrer do exercício ocorreu devido ao reconhecimento de provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel no montante de R\$970 milhões e provisão para perda nos ágios de empresas africanas no montante de R\$225 milhões, bem como variação cambial de R\$933 milhões resultante da variação do Real frente ao Dólar e ao Euro no decorrer de 2016.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$25.905 milhões em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$408 milhões ou 1,6% em relação a 1º de janeiro de 2016, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$4.609 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; e (2) depreciações no montante de R\$3.854 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$4.136 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$654 milhões ou 13,6% em relação a 1º de janeiro de 2016, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$412 milhões; e (2) amortizações no montante de R\$943 milhões e (3) perdas com imparidade de R\$100 milhões.

Com a aprovação e homologação do PRJ, a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com relação ao saldo dos ativos não financeiros em 1 de janeiro de 2016, cabe destacar que a Companhia efetuou uma reapresentação dos saldos correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para corrigir erro em função do não reconhecimento da mais valia no processo de incorporação reversa da controladora TmarPart.

Contudo, nas demonstrações financeiras de 2016 não havia sido reconhecida perda por redução de valor recuperável do ativo não financeiro.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros (“*impairment*”) em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 de R\$ 7.591 milhões (R\$ 7.352 milhões na controladora) e R\$ 6.858 milhões (R\$ 6.619 milhões na controladora), respectivamente. O potencial efeito tributário de R\$ 2.497 milhões (R\$ 2.497 milhões na controladora) e R\$ 2.248 milhões (R\$ 2.248 milhões na controladora) não foi reconhecido em função do ajuste (b) abaixo. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 484 milhões, em resultado da reversão parcial da perda estimada do valor recuperável dos ativos não financeiros, da correção da depreciação do exercício e do respectivo efeito fiscal.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos – circulante e não circulante

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R\$48.086 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$11.771 milhões ou 19,67% em relação a 1º de janeiro de 2016. Os efeitos dessa redução estão representados principalmente por: (i) amortizações de

principal e juros da dívida no montante de R\$8.012 milhões e (ii) variação cambial resultante da variação do Real frente ao Dólar e ao Euro no decorrer de 2016.

Os empréstimos e financiamentos exigíveis estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Com a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial, foi dado início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial ("Plano" ou "PRJ"), o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$111 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$808 milhões ou 87,9% em relação a 1º de janeiro de 2016, principalmente como resultado da liquidação em 2016 do valor remanescente das licenças 3G.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.808 milhões em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$751 milhões ou 14,85 % em relação a 1º de janeiro de 2016. Vale destacar que com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no processo de conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências, sendo reconhecidas em 1 de janeiro de 2016 baixas de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 4.166 milhões e R\$ 622 milhões, respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 5.558 milhões e R\$ 738 milhões, respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.507 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetárias sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação dos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$6.666 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$9.125 milhões em relação a 1º de janeiro de 2016. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) prejuízo do exercício no montante de R\$8.205 milhões; (2) efeitos negativos de variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior no montante de R\$1.261 milhões. Essas movimentações foram compensadas pelos efeitos positivos de outros resultados abrangentes associados a operações de hedge accounting e planos de pensão no montante de R\$418 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

Durante o ano 2017, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$4.344 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$82 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2016, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$3.264 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$660 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

Durante o ano 2017 utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) Recompra de ações; (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$104 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R\$227 milhões.

Durante o ano 2016 utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$5.780 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$205 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R\$97 milhões.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações da Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I e II e telefonia móvel nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Companhia e pelo número "31" no caso da TMAR;
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G;
- Serviços de transmissão de dados, que incluem (1) serviços ADSL; (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de IP; e (4) outros serviços de transmissão de dados;
- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV paga;
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público;
- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada gratuita); e
- Operação do portal da internet iG.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e

- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

Por ser uma empresa brasileira com substancialmente todas as operações realizadas no Brasil, a Companhia é afetada pelas condições econômicas do país. A taxa de variação anual do PIB brasileiro foi de 1,0% em 2017, -3,6% em 2016, -3,8% em 2015 e 0,10% em 2014. Tecnicamente, o resultado tira o Brasil da recessão após dois anos. Mas acreditamos que ainda é cedo para decretar que a crise acabou. Enquanto os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do PIB brasileiro estimula a demanda por serviços de telecomunicações, a Companhia acredita também que a demanda por esses mesmos serviços seja relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e que o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão no Brasil devido às atuais condições econômicas internacionais não seria relevante. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições econômicas no Brasil poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número dos nossos assinantes diminuiu 7,2% e entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 essa queda foi de 11,9%, de 40,9 milhões em dezembro de 2017 em relação a 44,2 milhões em dezembro de 2016 em relação a 50,1 milhões em dezembro de 2015, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu 3,2% entre 2017 e 2016 e reduziu 4,6% entre 2016 e 2015.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa manteve-se estável com tendência de queda.

A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia apresentou ligeira redução nos últimos anos, apresentando diminuição no número de linhas fixas em serviço de aproximadamente 3,2% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tendo, anteriormente, apresentado uma redução de 4,6% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A Companhia procura atenuar a tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de telefonia fixa local, de longa distância, móvel, banda larga e TV paga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço diminua nos próximos anos. Em dezembro de 2017, a banda larga fixa atingiu 56% das residências com serviços Oi.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares para fazer ligações quando não há um telefone público ou fixo nas proximidades, o número de telefones públicos declinou nos últimos três exercícios sociais.

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

Os Diretores da Companhia acreditam que a principal razão pela qual a sua base de clientes de serviços de telefonia móvel ter diminuído para 40,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação a 44,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi a diminuição da base de terminais pré-pago de 33,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 29,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em função da lenta recuperação do cenário macroeconômico e do movimento de consolidação de *chips* observado no mercado brasileiro. A base de terminais pós-pagos se manteve estável em 6,7 milhões no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparada a 6,9 milhões no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A base de clientes de telefonia móvel sofreu uma redução de aproximadamente 7,2% comparando-se 31 de dezembro de 2017 com a mesma data de 2016.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. Com o intuito de tentar reduzir o índice médio de cancelamento no segmento de telefonia móvel da Companhia, que representa o número de assinantes cujo serviço é desconectado durante determinado mês (*churn*), voluntária ou involuntariamente, dividido pelo número de assinantes no início de cada mês, a Companhia incorre em despesas de vendas com marketing e esforços de vendas designados para reter os atuais clientes de telefonia móvel e atrair novos clientes, e (2) os descontos oferecidos em atividades promocionais levam a despesas frente às nossas receitas operacionais brutas do nosso segmento de telefonia móvel.

Os Diretores da Companhia esperam que o segmento de serviços de telefonia móvel cresça em termos de base de cliente, volume de tráfego e receitas de serviços de valor agregado.

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

Em 31 de dezembro de 2017, a base da Companhia de clientes de serviços de banda larga era de aproximadamente 5,7 milhões, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2016. A base de clientes de serviço de banda larga manteve-se estável em aproximadamente 5,7 nos últimos 2 exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Os Diretores da Companhia acreditam que a manutenção da base de clientes seja o resultado de mudanças nas preferências dos consumidores que valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga, o que contribui para a manutenção da base de telefonia fixa.

Efeitos da expansão de serviços de transmissão de dados móveis

Em 2014, demos prosseguimento aos investimentos na expansão da cobertura 3G e 4G, com o aumento na cobertura e ofertas competitivas, dando um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base de clientes móveis. Com grande foco no aumento de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago.

Apostando na diferenciação, ampliamos fortemente a rede Oi WiFi, aumentando os *hotspots* em todo o Brasil.

A Companhia vem ampliando os investimentos nas infraestruturas de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G e WiFi. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de radiofrequência de rádio 3G, a Companhia possuía até 2017, determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital, tais obrigações foram integralmente cumpridas. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

De modo a acelerar a implantação, a implantação considera uma configuração de compartilhamento de radio (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B compartilhada com outra operadora.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa rede de acesso móvel 2G, constituídas por 13.873 estações de rádio base ativas, que abrangem 3.407 municípios, ou 93% da população urbana do Brasil. Temos cobertura GPRS em 100% das localidades cobertas e cobertura EDGE em todas as capitais estaduais. Neste mesmo período nossas redes de acesso móvel 3G, constituídas por 10.020 estações rádio base ativas, cobriam 1.603 municípios, ou 81% da população urbana do Brasil. Temos cobertura HSPA em todas as capitais estaduais. Adicionalmente, em 2017, nossas redes de acesso 4G, constituídas por 7.965 estações rádio base ativas, abrangiam 813 municípios, ou 73% da população urbana do Brasil.

Além dessas redes de acesso móvel, a Companhia também possui *hotspots* Wi-Fi em áreas públicas, como cafeterias, aeroportos e shopping centers. Desde 2012, oferecemos redes sem fio urbanas ao ar livre, inclusive nos bairros de Copacabana e Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2017, nossa rede Wi-Fi possuía mais de dois milhões de *hotspots*, com acesso de banda larga compatível com pontos de acesso fornecidos pela Fon Wireless Ltd., ou Fon, que permite aos nossos clientes acessar as linhas Fon em todo o mundo. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e *chip* que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- **Convergência tecnológica e de serviços:** a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço a oferecer vários serviços em outros setores da indústria, tais como os serviços de banda larga oferecidos pelas operadoras de televisão a cabo e operadoras de telefonia móvel (através da tecnologia 3G e 4G), além da rede Oi WiFi, assim como os serviços de telefonia fixa transmitidas por operadoras de telefonia móvel.
- **Consolidação:** a consolidação invadiu o setor de telecomunicações em toda a América Latina, incluindo o Brasil. Essa consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.
- **Oferta de serviços convergentes:** as operadoras de serviços de telecomunicações começaram a oferecer pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores àquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas para serviços de telefonia fixa local, de longa distância, telefonia móvel prestados pela Companhia, bem como interconexão com a sua rede de telefonia fixa, e serviços EILD e SLD estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa ou móvel. As tarifas estabelecidas ou aprovadas pela ANATEL pelos serviços prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos pelos serviços de telefonia sobre as tarifas aprovadas pela ANATEL. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos de telefonia fixa local é reajustado pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós e pelo setor de telefonia fixa local como um todo. De janeiro a dezembro de 2017, o índice de serviços de telecomunicações (IST) foi apurado em 3,2%.

Taxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Comentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional:

Os diretores da Companhia entendem que com o atual cenário de volta da inflação com níveis abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, os custos e despesas da Companhia tendem a sofrer menos pressões, assim como suas margens operacionais e de liquidez. Ainda assim, a Companhia permanece envidando esforços no sentido de buscar iniciativas de redução de custos e de utilização dos seus recursos de forma otimizada.

A Companhia estabeleceu como uma das bases do seu plano operacional o foco em eficiência e produtividade e a redução dos custos. Como consequência da execução deste plano, em 2017 a Oi os custos da Companhia aumentaram em 1,1% (Considerando a taxa de inflação (IPCA) de 2,95% nos últimos 12 meses, este desempenho significou uma redução real de 1,8% em relação ao 4T16), em 2016 a Oi reduziu 2,0% dos custos de rotina das operações brasileiras em relação a 2015, totalizando R\$ 18.824 milhões no ano. Considerando uma inflação de 6,3% em 2016, este desempenho significou uma redução real de quase 13% no Opex. No trimestre, o Opex de rotina das operações brasileiras apresentou queda de 4,8% em relação ao 4T15 e ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior. Adicionalmente, cumpre ressaltar que dois terços dos contratos existentes na Companhia possuem ajustes anuais atrelados à inflação.

As despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras foram de R\$4.153 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, queda anual de 3,11% que se deve principalmente redução nas despesas com direito de passagem, postes, torres e equipamentos.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Substancialmente todos os custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio nas operações.

Em 31 de Dezembro de 2017, a dívida bruta consolidada da Oi S.A. – em Recuperação Judicial, era de R\$54.620 milhões, representando um aumento de 13,34% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando o valor da dívida bruta consolidada era de R\$48.191 milhões. No entanto, que face ao deferimento do pedido de recuperação judicial em junho de 2016, os passivos financeiros onerosos da Companhia estão incluídos na lista de credores, sendo atualmente objetos de renegociação, a serem pagos na forma do Plano de Recuperação Judicial. Após o protocolo do pedido de recuperação judicial estão suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Cabe ressaltar, que em 20 de dezembro de 2017, os credores da Companhia em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, aprovaram o Plano de Recuperação Judicial, que até o encerramento do ano de 2017 não havia sido homologado e publicado. Desta forma, para efeitos contábeis e de divulgação, os saldos de empréstimos e financiamentos registrados não refletem as novas dívidas negociadas.

	2017	2016	Variação %
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	7.136	1.372	(420,1)
Despesas financeiras	(10.333)	(5.061)	(104,2)

Receitas financeiras. A receita financeira aumentou 420,1% ou R\$5.764 milhões, para R\$7.136 milhões em 2017 em relação a R\$1.372 milhões em 2016. Esta variação é referente, principalmente, ao ajuste a valor presente da revisão dos cálculos da provisão para contingências dos processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nos termos de pagamento previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 104,2% ou R\$5.272 milhões, para R\$10.333 milhões em 2017. Esta elevação é decorrente, principalmente, de R\$10.093 milhões de aumento nas despesas de variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros, decorrente do impacto da variação cambial da valorização de 1,50% do dólar e de 15,44% do euro frente ao real no ano de 2017, gerando resultado negativo de variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira. No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2017, a Companhia não possuía operações com instrumentos derivativos contratadas. A ausência de instrumentos financeiros derivativos manteve a companhia exposta às oscilações cambiais.

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens "4.1", "5.1" e "5.2" deste Formulário de Referência.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, mencionado no item ii abaixo, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Com a venda das ações da PT Portugal para a Altice em junho de 2015, os resultados com a venda do investimento foram apresentados como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo as mais relevantes as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 15.7 do Formulário de Referência.

ARM Engenharia/Rede Conecta

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede, subsidiária integral indireta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta – Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serede controlada indireta da Companhia adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

PT Portugal

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - "PT SGPS" ou "PT"), foi integralizado o aumento de capital da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em abril de 2014, sendo que a parcela subscrita pela PT foi integralizada mediante a contribuição para a Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e suas controladas operavam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal (denominado segmento operacional "Telecomunicações em Portugal") e em outros países da África e da Ásia (denominado segmento operacional "Outros negócios").

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A. ("Altice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Em 02 de junho de 2015, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada a alienação da integralidade da participação societária detida pela Companhia na PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Pela aquisição da PT Portugal, a Altice Portugal desembolsou o valor total de 5,789 bilhões de Euros, dos quais 4,920 bilhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi iria liderar o processo de venda, não obstante acreditasse ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda fosse realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detinha na época os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi estava empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, ("Africatel GmbH") detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel ("Put"), segundo o Acordo de Acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alegou estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exigiu que a Africatel GmbH adquirisse as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH decidiu disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretense direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015.

Ao mesmo tempo em que pretendia defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo, a Oi também focou seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos, uma vez que acreditava que, caso este objetivo fosse alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem iniciada perderia seu objeto.

Em 16 de junho de 2016, PT Participações, Africatel GmbH e Africatel, todas subsidiárias da Companhia, celebraram uma série de instrumentos contratuais com a Samba Luxco, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral.

Dentre os instrumentos celebrados, incluem-se aditivos ao Acordo de Acionistas da Africatel e um Contrato de Resolução e Permuta de Ações (Settlement and Share Exchange Agreement – "SSEA"), pelo qual a Samba Luxco deveria, quando da implementação do acordo: (i) encerrar o procedimento arbitral em curso e dar quitação às subsidiárias da Oi com relação a todas as demandas pretéritas e atuais

relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel e suscitadas na arbitragem, (ii) renunciar a certos direitos de aprovação que possuía segundo o Acordo de Acionistas da Africatel, e (iii) .

Em 31 de janeiro de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias e anticoncorrenciais necessárias e o cumprimento das demais condições contratuais, ocorreu a implementação das transações previstas nos instrumentos contratuais celebrados em 16 de junho de 2016. Com isso, a Samba Luxco reduziu sua participação acionária na Africatel para 14.000 ações e esta última transferiu para a Samba Luxco a totalidade de sua participação na MTC.

A Samba Luxco também liberou a Africatel GmbH, Africatel, Pharol e suas afiliadas e sucessoras de todas as reclamações apresentadas na arbitragem, de forma irrevogável e incondicional. As partes requereram ao tribunal arbitral constituído segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional que emitisse uma Sentença por Consentimento com o objetivo de registrar os termos do acordo previsto no SSEA, de modo que a arbitragem foi encerrada e as subsidiárias da Oi receberam quitação com relação a todas as demandas pretéritas e atuais da Samba Luxco relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel, suscitadas na arbitragem.

Posteriormente, em 29 de março de 2017, a Africatel GmbH e a Samba Luxco aprovaram, através de Resolução de Acionistas, o cancelamento das 11.000 ações de emissão da Africatel que a Samba Luxco havia transferido para esta última e que vinham sendo mantidas em tesouraria. Também aprovaram o cancelamento adicional de 1.791 ações de emissão da Africatel, detidas pela Samba Luxco, de modo que as participações da Africatel GmbH e da Samba Luxco na Africatel passaram a ser de 86% e 14%, respectivamente.

Os efeitos da transação entre sócios de cessão/transferência da participação da Africatel de 34% na controlada MTC – Mobile Telecommunications Limited, em contrapartida da redução da participação de acionista não controlador Samba Luxco na Africatel foi de R\$ 145.787 no patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores e de R\$ 228.343 na participação de não controladores.

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Em 14 de outubro de 2016, a PT Ventures apresentou suas alegações iniciais, acompanhadas de relatório de especialista financeiro. O valor demandado pela PT Ventures é de US\$ 3.036.494.891, acrescido de juros até a data do pagamento efetivo pelos Respondentes, totalizando US\$ 3.400.847.957 em 14 de outubro de 2016, conforme o relatório do especialista financeiro. Entre os dias 7 e 16 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência de julgamento da arbitragem, na qual cada parte apresentou seus argumentos, e as testemunhas factuais e os peritos de cada lado foram ouvidos.

Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento dos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como dos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007, assim como a transferência indireta das ações da Unitel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014, constituíram uma violação do acordo de acionistas da

Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, que pudessem causar impactos ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2016 e 2015

Os diretores esclarecem que a Administração da Companhia identificou, por conta do processo de recuperação judicial, bem como na preparação do Plano de Recuperação Judicial a existência de deficiências em alguns controles de processos operacionais e financeiros e a oportunidade de obter melhores informações das entidades envolvidas no processo de recuperação judicial.

Atendendo à existência de informação apropriada para a conclusão do teste da avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros e aos efeitos das deficiências identificadas pela Administração no âmbito da Preparação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia está rerepresentando, nessas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos comparativos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1º janeiro de 2016 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 22 de março de 2017 e 23 de março de 2016, respectivamente, em consonância com

os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8)– Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir os seguintes ajustes:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração (CPC 01 R1 / IAS 36).

Com a aprovação e homologação do PRJ, a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor de recuperável dos ativos de vida útil definida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com relação ao saldo dos ativos não financeiros em 1 de janeiro de 2016, cabe destacar que a Companhia efetuou uma rerepresentação dos saldos correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para corrigir erro em função do não reconhecimento da mais valia no processo de incorporação reversa da controladora TmarPart.

Contudo, nas demonstrações financeiras de 2016 não havia sido reconhecida perda por redução de valor recuperável do ativo não financeiro.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros (“*impairment*”) em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 de R\$ 7.591 milhões (R\$ 7.352 milhões na controladora) e R\$ 6.858 milhões (R\$ 6.619 milhões na controladora), respectivamente. O potencial efeito tributário de R\$ 2.497 milhões (R\$ 2.497 milhões na controladora) e R\$ 2.248 milhões (R\$ 2.248 milhões na controladora) não foi reconhecido em função do ajuste (b) abaixo. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 484 milhões, em resultado da reversão parcial da perda estimada do valor recuperável dos ativos não financeiros, da correção da depreciação do exercício e do respetivo efeito fiscal.

(b) Reconhecimento de tributos diferidos (CPC 32 / IAS 12 e ICVM 371/2002).

Em decorrência das perdas ao valor recuperável de ativos não circulantes em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (ajuste (a)) e as projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço realização em R\$ 7.314 milhões (R\$ 5.634 milhões na controladora) e R\$ 6.306 milhões (R\$ 5.098 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 1.008 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências

Com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no escrutínio e conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências. Tal revisão foi possível através de uma cobrança de forma mais efetiva de extratos junto dos bancos credores da RJ e que são detentores dos depósitos judiciais, digitalização de processos e possibilidade de uso de ferramenta informatizada nos sites dos Tribunais de Justiça, suspensão de créditos judiciais que restringiu a realização de novos depósitos e bloqueios e redução do número de entrada de novos processos judiciais.

Neste contexto a Companhia criou grupos internos interdisciplinares e contratou consultorias externas independentes para auxiliar na revisão dos controles e processos, incluindo reconciliações sobre os saldos de depósitos judiciais. Deste trabalho e em virtude do encerramento de processos e consequente

expedição de alvará judicial para levantamento, resultou a necessidade de baixar os saldos de depósitos judiciais levantados em anos anteriores pelo autor, que não eram do conhecimento da Companhia até este momento ou não estavam disponíveis todos os elementos para a correspondente conclusão de eventual ajuste.

Adicionalmente, em função da alteração das premissas estatísticas baseadas no histórico de encerramento de processos foi necessário aumentar as provisões para contingências de natureza cível e trabalhista existentes à época.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia em 1 de janeiro de 2016, reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 4.166 milhões (R\$ 3.198 milhões na controladora) e R\$ 622 milhões (R\$ 659 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e o aumento da provisão para contingências em R\$ 5.558 milhões (R\$ 4.099 milhões na controladora) e R\$ 738 milhões (R\$ 809 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.507 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetárias sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo.

A Companhia realizou procedimentos adicionais para a obtenção de suportes e conciliação de saldos entre empresas do grupo, tendo concluído pela necessidade de reconhecimento de passivos e baixa de contas a receber nas demonstrações financeiras.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa de contas a receber e outros ativos de R\$ 179 milhões (R\$ 2 milhões na controladora), R\$ 2 milhões (R\$ 2 milhões na controladora) e aumento de fornecedores em R\$ 218 milhões (R\$ 31 milhões na controladora).

(e) Realização de Créditos Tributários

A Companhia identificou, nas correspondentes datas bases, que o saldo de tributos diretos e indiretos a recuperar incluía valores prescritos ou sem documentação suficiente para a contestação junto das autoridades competentes.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia registrou em 1 de janeiro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis, reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 198 milhões (sem efeito na controladora) e R\$ 52 milhões (R\$ 9 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis reconhecidos nas rubricas de tributos e outros ativos em R\$ 244 milhões (R\$ 30 milhões na controladora) e R\$ 52 milhões (R\$ 9 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido pelo reconhecimento de perda adicional relativa a realização de créditos tributários em R\$ 46 milhões.

(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados

A Companhia realiza estimativa de receita de serviços prestados e não faturados a clientes, usando para esse efeito informação sobre a evolução física dos serviços prestados. Verificou-se que a Companhia não usou na estimativa de 1 de janeiro de 2016 da receita por serviços prestados e não faturados a informação mais atual existente na época.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa parcial do saldo da provisão para receita não faturada em R\$ 191 milhões (R\$ 31 milhões na controladora).

(g) Conciliação de contas a receber

A Companhia reconciliou para a data-base de 31 de dezembro de 2016 a informação sobre os serviços prestados, as notas fiscais emitidas e os registros contábeis da subsidiária Brasil Telecom Multimídia S.A., tendo identificado a necessidade de proceder à baixa de saldos contábeis de contas a receber pela sua não realização à época.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2016 a baixa do contas a receber em R\$ 86 milhões (sem efeito direto na controladora), com igual efeito no resultado líquido de 2016.

(h1) Aquisição da Rede Conecta – realocação do preço de compra

A Companhia realizou, conforme requerimentos do CPC 15 (IFRS 3) – Combinação de Negócios, ajustes retrospectivos aos valores provisórios de ativos e passivos da adquirida Rede Conecta, registrados a valor justo, para refletir novas informações sobre fatos e circunstâncias relacionadas a contingências e depósitos judiciais já existentes na data de aquisição.

A Companhia reconheceu a essa data os efeitos da alteração dos ajustes retrospectivos de alocação do preço de compra, incluindo a baixa de depósitos judiciais já levantados pelos autores (ver ajuste c)) em R\$ 177 milhões, a baixa de outros ativos em R\$ 15 milhões e o aumento da provisão para contingências em R\$ 203 milhões, tendo dessa forma concluído o processo de alocação do preço de compra. O registro da remensuração dos ajustes a valor de mercado dos ativos e passivos aumentou o ágio registrado inicialmente.

A alocação do preço de compra provisória da aquisição da Rede Conecta registrada em 31 de dezembro de 2016 e a alocação do preço de compra definitiva e corrigida retroativamente é como segue:

	Alocação Provisória 2016	Remensuração	Alocação Final
Ativo circulante	234.961	(14.991)	219.970
Ativo não circulante	218.858	(177.016)	41.842
Ativo total	453.819	(192.007)	261.812
Passivo circulante	665.907	203.266	869.173
Passivo não circulante	303.998		303.998
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)	(911.359)
Passivo total	453.819	(192.007)	(607.361)
Valor de aquisição	-	-	-
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)	(911.359)
Ágio	516.086	395.273	911.359

(h2) Realização do ágio da Rede Conecta e da Telemont

Com o objetivo de correção de erro, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia, de forma consistente com o assunto mencionado no ajuste a), reconheceu uma perda no valor recuperável do ágio calculado, nos termos do CPC 15 (IFRS 3), no âmbito da alocação do preço de compra da adquirida Rede Conecta e da Telemont no montante de R\$ 937 milhões.

(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes

Refere-se a equivalência patrimonial reflexa sobre os ajustes provenientes de controladas decorrentes dos assuntos acima descritos. Em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica de investimentos foi reduzida em R\$ 3.615 milhões e R\$ 4.638 milhões, respectivamente e o resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.022 milhões.

Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2016	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2016
Ativo circulante	12.472.401	92.202	12.564.603	38.067.009	(421.630)	37.645.379
Contas a receber (d) (f)	2.428.751	(33.456)	2.395.295	8.379.719	(369.913)	8.009.806
Tributos correntes a recuperar (b)	370.076	125.658	495.734	915.573	147.279	1.062.852
Outros tributos (e)	210.603		210.603	922.986	(198.996)	723.990
Outros ativos	9.462.971		9.462.971	27.848.731		27.848.731
Ativo não circulante	53.073.187	(17.438.819)	35.634.368	64.940.591	(16.775.636)	48.164.955
Tributos diferidos (a) (b)	3.374.321	(3.261.968)	112.353	5.795.806	(4.963.953)	831.853
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	8.426.835	(3.197.870)	5.228.965	13.119.130	(4.165.985)	8.953.145
Investimentos (i)	17.144.175	(3.615.634)	13.528.541	154.890		154.890
Imobilizado (a)	6.011.010	(512.921)	5.498.089	26.010.112	(512.921)	25.497.191
Intangível (a)	8.799.994	(6.839.118)	1.960.876	11.868.840	(7.078.300)	4.790.540
Outros ativos (d) (e)	9.316.852	(11.308)	9.305.544	7.991.813	(54.477)	7.937.336
Ativo total	65.545.588	(17.346.617)	48.198.971	103.007.600	(17.197.266)	85.810.334
Passivo circulante	13.422.188	350.325	13.772.513	25.574.071	536.517	26.110.588
Fornecedores (d)	1.388.520	31.398	1.419.918	5.004.833	217.590	5.222.423
Provisões (c)	622.213	318.927	941.140	1.020.994	318.927	1.339.921
Outros passivos	11.411.455		11.411.455	19.548.244		19.548.244
Passivo não circulante	32.914.942	340.085	33.255.027	57.034.524	303.244	57.337.768
Provisões (c)	1.808.332	340.085	2.148.417	3.413.972	303.244	3.717.216
Outros passivos	31.106.610		31.106.610	53.620.552		53.620.552
Patrimônio líquido	19.208.458	(18.037.027)	1.171.431	20.399.005	(18.037.027)	2.361.978
Prejuízos do exercício	(9.905.911)		(9.905.911)	(9.905.911)		(9.905.911)
Prejuízo acumulado		(18.037.027)	(18.037.027)		(18.037.027)	(18.037.027)

Outros	29.114.369		29.114.369	30.304.916		30.304.916
Passivo total	65.545.588	(17.346.617)	48.198.971	103.007.600	(17.197.266)	85.810.334

	Controladora			Consolidado				
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes retroativos a 2015	Ajustes 2016	Saldos reapresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes retroativos a 2015	Ajustes 2016	Saldos reapresentados em 31/12/2016
Ativo circulante	13.620.469	92.202	10.745	13.723.416	26.706.577	(421.630)	(73.219)	26.211.728
Contas a receber (d) (f) (g)	1.897.907	(33.456)		1.864.451	8.347.459	(369.913)	(86.468)	7.891.078
Tributos correntes a recuperar (b)	557.000	125.658	41.131	723.789	1.320.904	147.279	73.988	1.542.171
Outros tributos (e)	330.772		(30.386)	300.386	1.222.989	(198.996)	(45.746)	978.247
Outros ativos (h1)	10.834.790			10.834.790	15.815.225		(14.993)	15.800.232
Ativo não circulante	43.177.370	(17.438.819)	(7.770)	25.730.781	55.464.621	(16.775.636)	1.071.428	39.760.413
Tributos diferidos (b)	2.079.665	(3.261.968)	1.182.303		2.515.254	(4.963.953)	2.448.699	
Depósitos e bloqueios judiciais (c) (h1)	8.793.216	(3.197.870)	(900.789)	4.694.557	14.122.527	(4.165.985)	(1.568.568)	8.387.974
Investimentos (i)	14.974.531	(3.615.634)	(1.022.709)	10.336.188		135.652		135.652
Imobilizado (a)	5.973.829	(512.921)	150.059	5.610.967	26.268.167	(512.921)	150.059	25.905.305
Intangível (a) (h1) (h2)	7.868.872	(6.839.118)	583.366	1.613.120	11.173.293	(7.078.300)	41.238	4.136.231
Outros ativos (e)	3.487.257	(11.308)		3.475.949	1.249.728	(54.477)		1.195.251
Ativo total	56.797.839	(17.346.617)	2.975	39.454.197	82.171.198	(17.197.266)	998.209	65.972.141
Passivo circulante	21.066.991	350.325		21.417.316	60.749.243	536.517		61.285.760
Fornecedores (d)	2.032.791	31.398		2.064.189	6.360.629	217.590		6.578.219
Provisões (b) (c)	475.872	318.927		794.799	763.386	318.927		1.082.313
Outros passivos	18.558.328			18.558.328	53.625.228			53.625.228
Passivo não circulante	24.066.239	340.085	1.087.437	25.493.761	8.966.349	303.244	2.082.671	11.352.264
Tributos diferidos a recolher (b) (e)			937.369	937.369			1.763.696	1.763.696
Provisões (c) (h1)	1.926.960	340.085	150.068	2.417.113	4.103.443	303.244	318.975	4.725.662
Outros passivos	22.139.279			22.139.279	4.862.906			4.862.906
Patrimônio líquido	11.664.609	(18.037.027)	(1.084.462)	(7.456.880)	12.455.606	(18.037.027)	(1.084.462)	(6.665.883)
Prejuízos acumulados	(9.905.911)	(18.037.027)		(27.942.938)	(9.905.911)	(18.037.027)		(27.942.938)
Prejuízos do exercício	(6.943.506)		(1.084.462)	(8.027.968)	(6.943.506)		(1.084.462)	(8.027.968)
Outros	28.514.026			28.514.026	29.305.023			29.305.023
Passivo total	56.797.839	(17.346.617)	2.975	39.454.197	82.171.198	(17.197.266)	998.209	65.972.141

Conciliação do Patrimônio Líquido em 1 de janeiro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2016 ¹	19.208.458	20.399.005
(a) Redução do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração	(4.854.843)	(5.094.025)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(5.633.506)	(7.313.871)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(3.856.882)	(4.788.156)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(35.698)	(398.738)
(e) Realização de Créditos Tributários	(9.286)	(251.450)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(31.178)	(190.787)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(3.615.634)	
Patrimônio líquido reapresentado em 1 de janeiro de 2016	1.171.431	2.361.978

¹ Os ajustes procedidos no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados

Conciliação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2016¹	11.664.609	12.455.606
(a) Redução do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração	(4.370.782)	(4.609.964)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(5.098.077)	(6.305.515)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(4.907.739)	(6.295.417)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(35.698)	(398.738)
(e) Realização de Créditos Tributários	(39.672)	(297.197)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(31.178)	(190.787)

(g) Conciliação de contas a receber		(86.468)
(h 2) Realização de ágio da Rede Conecta		(937.403)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(4.638.343)	
Patrimônio líquido rerepresentado em 31 de dezembro de 2016	(7.456.880)	(6.665.883)

¹ Os ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 17.939.627 e R\$ 1.181.862, respectivamente.

Conciliação do Resultado Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora					Saldos rerepresentados em 31/12/2016
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	(a)	(b)	(c)	(e)	
Receita de venda de bens e/ou serviços	5.572.100					5.572.100
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.726.497)	833.187				(2.893.310)
Resultado bruto	1.845.603	833.187				2.678.790
Despesas/Receitas operacionais	(5.931.159)	(99.762)		(791.933)	(30.386)	(7.875.949)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.412.812)					(1.022.708)
Despesas com vendas	(988.816)					(988.816)
Despesas gerais e administrativas	(1.234.975)					(1.234.975)
Outras receitas operacionais	688.473					688.473
Outras despesas operacionais	(983.029)	(99.762)		(791.933)	(30.386)	(1.905.111)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(4.085.556)	733.425		(791.933)	(30.386)	(1.022.709)
Resultado financeiro	(1.650.691)			(258.923)		(1.909.614)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(5.736.247)	733.425		(1.050.856)	(30.386)	(1.022.709)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.207.259)	(249.364)	535.428			(921.195)
Prejuízo consolidado do exercício	(6.943.506)	484.061	535.428	(1.050.856)	(30.386)	(1.022.709)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(6.943.506)	484.061	535.428	(1.050.856)	(30.386)	(1.022.709)

Atribuído a sócios não controladores

	Consolidado							Saldos reapresentados em 31/12/2016
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	(a)	(b)	(c)	(e)	(g)	(h2)	
Receita de venda de bens e/ou serviços	25.996.423							25.996.423
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(16.848.707)	833.187						(16.015.520)
Resultado bruto	9.147.716	833.187						9.980.903
Despesas/Receitas operacionais	(9.087.661)	(99.760)		(1.115.133)	(45.747)	(86.468)	(937.403)	(11.372.173)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.118)							(5.118)
Despesas com vendas	(4.428.162)							(4.428.162)
Despesas gerais e administrativas	(3.750.914)							(3.750.914)
Outras receitas operacionais	1.756.100							1.756.100
Outras despesas operacionais	(2.659.567)	(99.760)		(1.115.133)	(45.747)	(86.468)	(937.403)	(4.944.079)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	60.055	733.427		(1.115.133)	(45.747)	(86.468)	(937.403)	(1.391.270)
Resultado financeiro	(3.296.383)			(392.128)				(3.688.511)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(3.236.328)	733.427		(1.507.261)	(45.747)	(86.468)	(937.403)	(5.079.781)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3.884.788)	(249.364)	1.008.354					(3.125.797)
Prejuízo consolidado do exercício	(7.121.116)	484.063	1.008.354	(1.507.261)	(45.747)	(86.468)	(937.403)	(8.205.578)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(6.943.506)	484.063	1.008.354	(1.507.261)	(45.747)	(86.468)	(937.403)	(8.027.968)
Atribuído a sócios não controladores	(177.610)							(177.610)

Não há impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nos seus totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2015

Os diretores esclarecem que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram reapresentadas visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos do acervo líquido relacionado ao tratamento contábil da mais valia de ativos registrada no ativo não circulante da TmarPart, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2015, data de aprovação da incorporação da TmarPart pela Oi. O tratamento contábil da mais valia foi objeto de fato relevante divulgado pela Companhia em 1 de agosto de 2016. Os diretores esclarecem que não ocorreram efeitos significativos ou alterações nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos societários ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, notadamente a extinção dos Acordos de Acionistas então vigentes com relação à TmarPart e a aprovação, pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, da abertura de prazo para conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias da Companhia e da incorporação da TmarPart pela Companhia, nos pareceres técnicos externos contábeis e jurídicos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não havia registrado no seu balanço a referida mais valia.

Nos termos do ICPC 09 (R2), itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999, em 7 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM e, em 29 de julho de 2016, recebeu o Ofício nº 149/2016-CVM/SEP/GEA-5 da Superintendência de Relações com Empresas da Comissão de Valores Mobiliários ("SEP"), contendo a manifestação da SEP a respeito da consulta formulada pela Companhia a respeito do tratamento da mais valia. No entendimento da SEP, "a mais valia não deve ser baixada da TmarPart, mas sim mantida no acervo a ser incorporado à Oi, respeitando a base de avaliação dos ativos líquidos adquiridos em virtude de combinação de negócios entre partes independentes ocorrida à época da aquisição da Brasil Telecom S.A.". A Companhia apresentou recurso ao Colegiado da CVM da decisão da SEP, nos termos da Deliberação CVM nº 463/2003, em 15 de agosto de 2016.

A Companhia no processo de fechamento anual do exercício de 2016 reavaliou a situação em análise e, considerando o teor das conclusões constantes do referido ofício, está reapresentando suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo os ajustes efetuados demonstrados nos quadros abaixo:

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios	Saldos ajustados em 31/12/2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios	Saldos ajustados em 31/12/2015
Ativo circulante	12.472.401		12.472.401	38.067.009		38.067.009
Ativo não circulante	47.080.393	5.992.794	53.073.187	58.947.797	5.992.794	64.940.591
Tributos diferidos a recuperar	6.461.517	(3.087.196)	3.374.321	8.883.002	(3.087.196)	5.795.806
Imobilizado	5.498.089	512.921	6.011.010	25.497.191	512.921	26.010.112
Intangível	232.925	8.567.069	8.799.994	3.301.771	8.567.069	11.868.840

Outros ativos	34.887.862		34.887.862	21.265.833		21.265.833
Ativo total	59.552.794	5.992.794	65.545.588	97.014.806	5.992.794	103.007.600
Passivo circulante	13.422.188		13.422.188	25.574.071		25.574.071
Passivo não circulante	32.914.942		32.914.942	57.034.524		57.034.524
Patrimônio líquido	13.215.664	5.992.794	19.208.458	14.406.211	5.992.794	20.399.005
Reservas de capital	7.016.003	6.226.371	13.242.374	7.016.003	6.226.371	13.242.374
Prejuízos acumulados	(9.672.334)	(233.577)	(9.905.911)	(9.672.334)	(233.577)	(9.905.911)
Outros	15.871.995		15.871.995	17.062.542		17.062.542
Passivo total	59.552.794	5.992.794	65.545.588	97.014.806	5.992.794	103.007.600

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado	13.215.664	13.215.664
Participações dos não controladores originalmente apresentada		1.190.547
Patrimônio líquido total	13.215.664	14.406.211
Ajustes:		
Combinação de negócios	5.992.794	5.992.794
	5.992.794	5.992.794
Atribuído a:		
Controlador	5.992.794	5.992.794
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	19.208.458	20.399.005
Atribuído a:		
Controlador	19.208.458	19.208.458
Não controladores		1.190.547

Conciliação do Resultado Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios (período de 01/09/2015 a 31/12/2015)	Saldos ajustados em 31/12/2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios (período de 01/09/2015 a 31/12/2015)	Saldos ajustados em 31/12/2015
Receita de venda de bens e/ou serviços	6.228.990		6.228.990	27.353.765		27.353.765
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.534.058)	(353.906)	(2.887.964)	(15.308.634)	(353.906)	(15.662.540)
Resultado bruto	3.694.932	(353.906)	3.341.026	12.045.131	(353.906)	11.691.225
Despesas/Receitas operacionais	(6.872.072)		(6.872.072)	(9.342.735)		(9.342.735)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(3.177.140)	(353.906)	(3.531.046)	2.702.396	(353.906)	2.348.490
Resultado financeiro	(3.490.748)		(3.490.748)	(8.403.100)		(8.403.100)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(6.667.888)	(353.906)	(7.021.794)	(5.700.704)	(353.906)	(6.054.610)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	664.838	120.329	785.167	(715.039)	120.329	(594.710)
Resultado líquido das operações continuadas	(6.003.050)	(233.577)	(6.236.627)	(6.415.743)	(233.577)	(6.649.320)
Resultado líquido de operações descontinuadas	1.068.142		1.068.142	1.068.142		1.068.142
Prejuízo consolidado do exercício	(4.934.908)	(233.577)	(5.168.485)	(5.347.601)	(233.577)	(5.581.178)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(4.934.908)	(233.577)	(5.168.485)	(4.934.908)	(233.577)	(5.168.485)
Atribuído a sócios não controladores				(412.693)		(412.693)

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ressalvas

2017, 2016 e 2015

Os diretores esclarecem que não houve ressalva no parecer dos auditores independentes referentes as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Ressalta-se a abstenção de opinião relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e ressalva de 2015 foram retiradas do parecer de 2016 e 2015 pelo fato da Companhia ter adotado os procedimentos contábeis apontados pelo auditor conforme mencionado no item 10.4.b acima.

2016

Abstenção de opinião

Os Diretores da Companhia esclarecem que o parecer dos auditores independentes emitido para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2016 inclui parágrafo sobre a base para abstenção de opinião associada ao plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos. A Companhia esclarece que as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis, com base na avaliação da administração sobre a probabilidade de fechamento de um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi no processo de recuperação judicial e da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial. A Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de recuperação judicial. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, a Companhia têm cumprido satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação.

Em relação ao valor recuperável de ativos da Companhia, os diretores esclarecem que a Companhia avaliou os procedimentos aplicáveis para assegurar que o valor contábil dos ativos da Companhia não estejam registrados por valor que exceda seu valor recuperável, de acordo com as regras do CPC 01, e avalia que não tem motivos para acreditar que o valor contábil dos ativos estejam registrados por valor superior ao valor de recuperação.

A seguir os comentários presentes no relatório do auditor sobre a base para abstenção de opinião:

Base para abstenção de opinião

Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 29 de junho de 2016, a Oi S.A. e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Existem ainda algumas discussões e questionamentos em curso sobre condições relevantes do Plano, portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais serão os efeitos, se houver, sobre o atual Plano. Em decorrência desses assuntos, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Diante deste contexto de incerteza, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração, até a data de finalização dos nossos trabalhos, não havia concluído o teste de redução ao valor recuperável de ativo conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem

como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Adicionalmente, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conteve modificação relativa ao não reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Nosso relatório de auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

2015

Os Diretores da Companhia esclarecem que o parecer dos auditores independentes emitido para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2015 inclui ressalva sobre o não registro de mais valia sobre os ativos incorporados da Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), antiga controladora da Companhia, bem como sobre a redução ao valor recuperável ("impairment") dos referidos ativos de mais valias não incorporados. Cumpre mencionar que esta ressalva foi retirada no parecer de 2016 pelo fato da Companhia ter adotado os procedimentos contábeis apontados pela auditor no que respeita ao reconhecimento da mais valia (vide ponto 10.4.b acima).

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras de 2015, a incorporação da acionista TmarPart ocorreu em 1º de setembro de 2015 e conforme descrito na nota explicativa nº 23.c às demonstrações financeiras, o registro do acervo líquido desta incorporação não incluía a mais-valia dos ativos da Companhia.

Conforme apontado pela administração da Companhia na referida consulta técnica à CVM, a Companhia pondera, com suporte em pareceres técnicos jurídico e contábil apensados à sua consulta, que no momento da perda do controle da Companhia pela TmarPart, decorrente da extinção dos acordos de acionistas então vigentes, a TmarPart deixou de consolidar as informações contábeis da Oi, ao mesmo tempo em que, nas suas demonstrações contábeis individuais, baixou o investimento (que continha a mais valia) da Oi e reconheceu o seu investimento na Oi a valor justo, deixando, conseqüentemente, de existir a mais valia, nos termos do CPC 36(R2) itens 25 e 26. Como consequência, as demonstrações contábeis da Oi pós-incorporação da TmarPart, já sem o registro da mais valia, permitem a compreensão da perda do controle, direto e indireto, da Oi, estando, portanto, em pleno acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Além disso, a administração da Companhia aponta que, mesmo que não se considerasse a baixa do registro da mais valia no momento da extinção dos acordos de acionistas, conforme procedeu a TmarPart, por ocasião da incorporação da TmarPart a mais valia também deveria ser baixada, tendo em vista o entendimento exposto na decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ 2012/9365, uma vez que representa o tratamento mais benéfico aos acionistas da Oi, ao evitar que estes pudessem ser impactados pelos efeitos da amortização da mais valia na própria Oi.

A administração inclusive ressalta que o ICPC 09 (R2) incluiu os itens 77 e 78, determinando que, enquanto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis não emitir norma que discipline a forma pela qual as transações entre entidades sob controle comum devem ser tratadas, deve ser aplicada a regulação em vigor emitida pelo órgão regulador da entidade ou deve ser desenvolvida uma política contábil específica para o tratamento destas transações, tomando por base a prevalência da substância econômica sob a forma jurídica. Neste contexto, a Instrução CVM nº 319/99, que estabelece, relativamente aos ágios cujo fundamento econômico tiver sido a aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público ou a expectativa de resultado futuro, que as companhias devem "constituir provisão, na incorporada, no mínimo, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização, que será apresentada como redução da conta em que o ágio foi registrado".

Portanto, tendo em vista que a Mais Valia não encerra qualquer benefício fiscal decorrente de sua amortização, caso a mesma tivesse sido registrada, seria devido o registro de provisão redutora no valor da totalidade da Mais Valia, o que equivaleria a baixá-la integralmente.

Caso a mais valia tivesse sido incluída no balanço da Companhia seria sujeita a teste anual de imparidade, tal como todos os restantes ativos detidos pela Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, os saldos do ativo não circulante e do patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 1.233.299 mil, referente ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 9.079.988 mil deduzido da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de R\$ 7.211.353 mil e dos efeitos tributários de R\$ 635.336 mil. O prejuízo do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 4.993.072 mil, referente ao não registro da amortização da mais-valia de R\$ 233.579 mil e da perda de seu valor recuperável de R\$ 4.759.493 mil, ambos líquidos dos efeitos tributários.

Os diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Ênfases

2017

Os diretores esclarecem que os auditores independentes chamam a atenção para o seguinte parágrafo incluído em seu parecer relativo as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017:

Chamamos a atenção para a Nota nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que indica que a Companhia tem gerado prejuízos recorrentes e incorreu nos prejuízos antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 5.135.689 mil e R\$ 5.557.540 mil, respectivamente controladora e consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultando no patrimônio líquido negativo de R\$ 13.805.980 mil e R\$ 13.512.523 mil, respectivamente controladora e consolidado, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 10.787.262 mil e R\$ 44.143.859 mil, respectivamente controladora e consolidado. Conforme a Nota nº 1, na seção sobre continuidade das operações, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o pressuposto de sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") aprovado que inclui, dentre outros assuntos, o atendimento das "Condições Precedentes" indicadas no anexo 4.3.3.5 (c) do PRJ que se relacionam a: (i) conversão dos créditos dos "bondholders" qualificados em aumento de capital e em Novas Notes a serem emitidas pela Companhia os quais devem ocorrer até 31 de julho de 2018; e (ii) aumento de capital com novos recursos no valor de R\$ 4.000.000 mil que deve ocorrer até 28 de fevereiro de 2019. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Os diretores apresentam os principais assuntos de auditoria reportados no parecer dos auditores independentes:

- Impactos da homologação do Plano de Recuperação Judicial
- Baixa de depósitos judiciais e remensuração das provisões para contingências Cível e Trabalhista
- Avaliação da recuperabilidade de ativos de vida útil definida e de longa duração
- Ambiente complexo de controles internos e de tecnologia da informação
- Reconhecimento da estimativa da receita a faturar
- Dividendos a receber e investimento na Unitel em ativos mantidos para venda

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria realizados pelos auditores, não foram identificados ajustes de auditoria, tampouco pontos de controle relacionados aos itens acima, e os referidos saldos e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram julgados razoáveis pelos auditores independentes.

Os diretores apresentam outros assuntos incluídos no parecer dos auditores independentes:

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de períodos anteriores da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas à elas relacionadas, ora reapresentados em função dos ajustes de reapresentação descritos na Nota 2.b, assim como a própria Nota 2.b, foram submetidas a procedimentos de auditoria por outros auditores independentes, que emitiram o seu relatório de auditoria, sem modificação, sobre as informações contábeis correspondentes, datado em 12 de abril de 2018, com parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto descrito acima no parágrafo sobre "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", em substituição ao relatório de auditoria anteriormente emitido em 22 de março de 2017, com abstenção de opinião, sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os valores correspondentes individuais e consolidados do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentados como informação suplementar para fins de IFRS, estão sendo também reapresentados em função dos ajustes de reapresentação conforme Nota 2.b, e foram submetidos a procedimentos de auditoria executados por outros auditores independentes, em conjunto com a auditoria das informações correspondentes, individuais e consolidadas, da Companhia conforme descrito acima.

2016

Os diretores apresentam outros assuntos incluídos no parecer dos auditores independentes:

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

2015

Os diretores da Companhia esclarecem que as seguintes ênfases foram incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2015:

Continuidade operacional

Os auditores chamam a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 3.4.3 às demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia. Essas condições, bem como o risco de não concretização do plano descrito indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Diretoria da Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações e com a posição de liquidez existente no balanço. No entanto, face ao atual cenário econômico dos mercados onde a Companhia atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo a Companhia anunciou em 9 de março de 2016, a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

Além disso, é preciso esclarecer que as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela Diretoria. De todo modo, tais estimativas e projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados. Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os Diretores da Companhia esclarecem que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – “International Financial Reporting Standards” emitidas pelo IASB – “International Accounting Standards Board” e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2017, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel e Cabo Verde Telecom foram inicialmente valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT e foram atualizados considerando os eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar

em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, visto que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item "10.6"

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de comunicação de dados, e (iv) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamentos de comunicação de dados para expansão da rede, de forma a suportar o crescimento anual do tráfego IP da ordem de 35% e os serviços fixos e móveis 3G e 4G, corporativos e residenciais; Expansão da camada de 100Gbps para conexão com provedores de conteúdo, para garantir maior experiência de navegação na internet
- Implantações e adequações de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (*last mile*) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, *Service Level Agreement*);

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Oi enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes e possibilitar a substituição gradativa de sua planta legada, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (*Next Generation Networks*) e IMS (*IP Multimedia Systems*).

A Companhia tem atuado pontualmente no sentido de promover a remoção e substituição de centrais legadas, ao mesmo tempo em que está investindo na ampliação de solução NGN e IMS para atender novas demandas de clientes, substituição do legado e do tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP.

Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia avança na implantação do núcleo IP *Multimedia Systems* - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços além de possibilitar o avanço na convergência fixo móvel.

Redes de Transporte

A expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento e alta resiliência necessários para o plano de expansão dos serviços, crescimento de tráfego de voz e IP e melhor experiência dos clientes. Destacam-se os projetos: (i) Expansão *backbone* nacional e estaduais; (ii) Otimização da rede satélite, (iii) Preparação para tráfego de clientes 100Gbps a nível Nacional; e (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas.

A camada óptica totalmente a 100Gbps está sendo expandida a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Também seguimos ampliando nossa cobertura óptica em dezenas de municípios, tanto para aumento de disponibilidade, quanto para oferta de serviços”.

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Desenvolver atividades de planejamento e projetos de Sistemas de Suporte a Operação (OSS) que atendem as redes fixa, móvel e dados, com o objetivo contínuo de melhoria do gerenciamento e performance das redes com redução de tempo de identificação de falhas e causa raiz, diminuindo o SLA de reparo e acionamentos indevidos;

Desenvolver projetos de integração de novos equipamentos, redes e sistemas aos atuais OSS da companhia em todas as suas camadas (supervisão e monitoração de falhas e desempenho, provisionamento, autenticação, etc.);

Atualização das plataformas de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede) para suportar novas versões e maior número de elementos de redes e usuários, através do acompanhamento da capacidade, desempenho, versões e estabilidade das plataformas de OSS existentes, com redução de infraestrutura e simplificação da manutenção preventiva e proativa de forma a garantir a possibilidade de expansões, bem como alta disponibilidade dos serviços.

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Garantir o atendimento às demandas de novas unidades residenciais em construção e atendimento ao crescimento da demanda em bairros existentes;
- Promover a evolução tecnológica da rede existente visando atender os requisitos mercadológicos para a banda larga fixa;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e
- Execução de manutenção preventiva em seções de serviço que apresentam elevado índice de defeitos, com substituições de elementos de rede com vida útil comprometida, minimizando fraudes e melhoria da qualidade;
- Expansão da rede óptica existente (FTTH) visando à melhoria dos indicadores operacionais em regiões onde a rede metálica é muito degradada.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os custos de manutenção da rede externa hoje feita em cobre. A tecnologia óptica escolhida - GPON é projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo, VoIP e Internet de alta velocidade de até 200 Mbps. Com este mesmo objetivo estamos introduzindo novas soluções tecnológicas para a distribuição dentro dos edifícios, como o G.Fast e micronós VDSL, e para a distribuição de vídeo sobre fibra, como o SAToPON que se utiliza do sinal DTH de satélite em lugar do IPTV.

Rede Móvel

A Companhia informa que as expansões do 3G incluem a melhoria de cobertura e aumento da capacidade de Rede nas áreas onde atualmente já existe cobertura de serviços 3G da Companhia. A Companhia planeja ampliar canais para serviços 3G ("*Channel Elements 3G*"), que proporcionarão melhoria de qualidade na rede, permitindo a obtenção de baixos índices de congestionamentos de chamadas, em atendimento às metas estabelecidas pelo órgão regulador. Decorrente do atendimento às obrigações 4G LTE junto a Anatel para 2017, a Companhia implantou novas Estações 4G em 2600 MHz ou 1800 MHz, que atenderam novos municípios nas regiões I, II e III, considerando o serviço de dados, além de novos sites 3G que possibilitaram a chamada de voz nestes municípios.

Dentre os projetos relevantes, a Companhia destaca: o próprio aumento de capacidade da Rede Móvel, em especial sobre a tecnologia 3G com maior volume de ações, mantendo sua qualidade; ativação de funcionalidades com objetivo de melhoria de capacidade da Rede, ampliação de novas portadoras nos elementos de acesso, permitindo aumento da velocidade de acesso. Adicionalmente, a Companhia prossegue com a expansão de sua Rede 4G LTE visando o cumprimento dos compromissos de cobertura estabelecidos pelo órgão regulador, além de ativação de funcionalidades com o objetivo de melhoria da percepção do usuário. A implantação prossegue em configuração de RAN *Sharing*, onde existe uma configuração de compartilhamento de rádio, (*Radio Access Network*) por Oi e Operadoras, onde o acesso LTE eNode B e sua rede de transmissão são compartilhados com TIM e Vivo, dividindo assim os custos de cobertura. Esta técnica é pioneira nas Américas e tem-se demonstrado muito eficiente em aumentar a cobertura com custos de expansão menores.

Nos anos de 2013/2014/2015/2016 a Oi executou atendimento aos projetos LTE 50% de Cobertura e 80% de Cobertura (que foram alvo de conclusão em etapas definidas para Abril/Dezembro-2013, Abril/Maio-2014 e Dezembro-2015/2016). Em 2017, a companhia deu continuidade do Projeto LTE 80% de cobertura em todos os municípios entre 30 e 100 mil habitantes e 30% da lista de municípios menor que 30 mil habitantes, referenciados à Oi conforme edital ANATEL de compromissos LTE, com término para Dez 2017.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de curto e longo prazos realizados junto às agências de fomento e bancos multilaterais, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano de Recuperação Judicial.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia comentam que a Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R\$ 5.629 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 4.759 milhões em 2016 e R\$ 4.421 milhões em 2015. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

Item	2017	2016	2015
	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	1.846	1.377	1.201
Serviços de instalação	644	489	358
Redes e sistemas móveis	602	707	528
Transmissão de voz	726	713	605

Serviços de tecnologia da informação	729	536	380
Infra-estrutura de serviços de telecomunicações	496	468	444
Edificações e benfeitorias	80	69	73
Equipamentos de sistema de gerenciamento de Backbone	94	124	72
	237	196	293
Equipamentos de serviço de internet	1	7	2
Outros	174	74	465
Total dos investimentos de capital	5.629	4.759	4.421

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 incluíram o seguinte:

- A Companhia direcionou investimentos de R\$ 0,6 milhões em 2017, R\$ 0,7 milhões em 2016 e R\$ 0,5 milhões em 2015 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados à oferta de serviços de banda larga, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R\$ 1,8 milhões em 2017, R\$ 1,4 milhões em 2016 e R\$ 1,2 milhões em 2015 em comunicação de dados;
- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2017, 2016 e 2015 tiveram por objetivo o atendimento a novos empreendimentos na área de atuação da Companhia e a modernização das plantas interna e externa, visando a melhoria da qualidade e permitindo maior agilidade no atendimento às demandas; e
- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Inovação, pesquisa e desenvolvimento

A inovação sempre esteve presente no DNA da Oi, desde o seu início, tendo sido o instrumento mais importante para o seu crescimento, sempre com o foco no valor percebido por nossos clientes.

Estratégias e iniciativas inovadoras como a escolha do padrão GSM, as estratégias de convergência e do *SIMcard Standalone* e a iniciativa do desbloqueio de aparelhos. Foi a primeira operadora com oferta quadruple play, um pacote com quatro soluções integradas de telefonia fixa, móvel, internet e TV, quando do lançamento da Oi TV. Foi a primeira companhia em acabar com a multa por mudança de operadora, e também em acabar com a necessidade de uso de vários chips para clientes falarem com isenção de tarifas entre as mesmas operadoras, inovando com oferta que permite aos clientes usarem minutos para qualquer operadora dentre outras. Estas estratégias se transformaram em importantes diferenciais competitivos para impulsionar o crescimento e solidificar a conquista de participação relevante no mercado brasileiro.

A Oi continuará conduzindo as atividades independentes de inovação, pesquisa e desenvolvimento nas áreas de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação e comunicação, com objetivo de alavancar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia além de garantir a excelência nos processos de operação e entrega dos serviços.

As atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento na Oi referenciam-se nos manuais de Oslo e Frascati e utilizam o modelo de inovação aberta em empresas de serviço. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de equipamentos e soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

BASEADO NO MODELO DE INOVAÇÃO ABERTA, O SISTEMA DE INOVAÇÃO DA Oi INTERAGE COM GRANDE NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DO SISTEMA BRASILEIRO DE INOVAÇÃO



Criado em 2009, o Programa de Inovação da Oi, está baseado no conceito de inovação aberta - (*Open Innovation*), que preconiza o desenvolvimento de inovação com a participação de um ecossistema de parceiros, composto por universidades e centros de pesquisa, fornecedores tecnológicos e empresas incubadas em centro de excelência em inovação tecnológica, atuando em parceria com a Oi para conceber, desenvolver e implementar soluções e projetos inovadores em produtos, serviços e processos de negócio.

A Oi estabeleceu sua atuação como fomentadora de inovação e P&D no ecossistema através de:

- ❑ Convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais (ICT's);

- ❑ Convênios com instituições de ensino e pesquisa e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- ❑ Parcerias com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional;
- ❑ Parcerias com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação

No triênio 2009 a 2011, a Oi esteve focada na estruturação da área de inovação, pesquisa e desenvolvimento, no mapeamento e desenvolvimento de seu ecossistema e no desenvolvimento e estímulo dos projetos aderentes a esta nova abordagem para a empresa, destacando-se as seguintes atividades:

- ❑ Criação da área de Inovação e P&D;
- ❑ Disseminação inicial da cultura de inovação;
- ❑ Estruturação do Ecossistema de Inovação da Oi;
- ❑ Implantação de processos, acompanhamento e controle dos projetos;
- ❑ Lançamento e consolidação do Programa de “Cooperação com a Indústria de Tecnologia Nacional”;
- ❑ Celebração de Convênios de Cooperação Tecnológica com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT´s) públicos e privados;
- ❑ Estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação e P&D através de iniciativas de fomento;
- ❑ Intensificação do desenvolvimento de projetos com a participação de ICT´s;
- ❑ Lançamento de iniciativas para aumento do Ecossistema de Inovação por meio de campanhas internas e externas;
- ❑ Ampliação do Ecossistema de Inovação da Oi por meio de iniciativas de estímulo à apresentação de propostas de projetos, tais como a Chamada de Aplicativos.

O Programa Inova

Histórico

Em 2012, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu Ecossistema de Inovação por meio do Programa Inova.

O Programa Inova foi, à época, estruturado em três Fábricas de inovação: a Fábrica Incremental, a Fábrica Planejada e a Fábrica Exploratória.

A Fábrica Incremental tinha como objetivo fomentar e desenvolver a cultura de inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). Para realização da Fábrica Incremental foi utilizada uma plataforma colaborativa denominada "Mercado de Ideias", onde todos os colaboradores da Oi podem participar submetendo ideias, avaliando e contribuindo nas ideias dos demais colaboradores para solucionar desafios do dia a dia e que resultem em melhorias contínuas e operacionais dos processos, produtos e serviços da Companhia.

A Fábrica Planejada tinha por objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). Os projetos inovadores que integraram essa fábrica foram projetos estratégicos que suportaram a posição inovadora da Oi e contribuíram para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Já a Fábrica Exploratória tinha como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias, pesquisar novos comportamentos, identificar inovações disruptivas na indústria, bem como delinear novos modelos de negócio que se traduzissem em vantagens competitivas do ponto de vista estratégico e econômico aos negócios futuros da Oi.

Esse ciclo fluiu satisfatoriamente até 2014 quando o Programa Inova foi reestruturado englobando o Programa de Incentivo à Inovação com objetivo de refinar a prospecção de projetos, priorizando aqueles perfeitamente sintonizados à estratégia mais austera da empresa. A meta era melhor direcionar os recursos alocados ao estímulo do desenvolvimento de projetos inovadores da Companhia, em parceria com institutos de ciência e tecnologia (ICTs) – centros de pesquisa públicos ou privados e universidades que realizam pesquisas aplicadas geradoras de soluções aplicáveis ao mercado.

Em 2015, a Oi intensificou o processo de prospecção de novos parceiros para o desenvolvimento de atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, celebrando novos Convênios de Cooperação Tecnológica e contratos para elaboração de projetos específicos de inovação tecnológica.

Em 2016 a Oi apresentou à ANATEL proposta para incluir práticas de investimento de "*Venture Capital*" dentre as modalidades de investimento em P&D com o objetivo de alavancar o potencial de inovação em seus negócios, prática essa, denominada "*Corporate Venturing*". Esta atividade se baseia em

incubação e aceleração de projetos inovadores muitas vezes advindos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica, gerando novos produtos e negócios com possibilidade de rentabilização dos investimentos realizados. O diferencial entre o modelo de inovação até então praticado pela Oi e o modelo complementar de “*Corporate Venturing*”, consiste na manutenção da propriedade intelectual na “*start-up*” para utilização em projetos internos e produtos de maior valor agregado para a sociedade, gerando, por conseguinte, novas oportunidades de emprego, novos empreendimentos e negócios, desenvolvimento contínuo e avanços tecnológicos, estimulando o crescimento econômico do país.

Projetos realizados

No primeiro ciclo do Programa Inova em 2011, foram aprovados seis projetos. Já para o ciclo de 2012, nove projetos foram qualificados para recebimento do estímulo financeiro. Em 2013 vinte e quatro projetos foram desenvolvidos com o suporte deste programa sendo que destes 17 projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2014 trinta e sete projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2015, vinte e cinco projetos, em 2016, vinte e três e em 2017, 10 projetos foram integralmente pagos com recursos do Programa.

Este processo envolve ainda a avaliação estratégica e financeira das oportunidades estudadas, a escolha das oportunidades mais promissoras e a definição de objetivos, metas e desenho de projetos que serão executados.

Além destas iniciativas diretamente suportadas pela área de P&D existem outras também inovadoras desenvolvidas e geridas individualmente pelas áreas de negócio e de tecnologia da Oi com acompanhamento e suporte do grupo de inovação, que contribuem para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Os resultados esperados em ambos os contextos são:

- ❑ Aprimoramento da priorização de projetos e alocação de investimentos;
- ❑ Maior sinergia entre as áreas e segmentos no desenvolvimento de projetos com requisitos ou funcionalidades similares;
- ❑ Alavancar melhores vantagens competitivas e percepção externa da atuação inovadora da Oi.

Retrospectiva 2017

Em novembro de 2017, em parceria com empresas e centros de pesquisa, a Oi realizou o lançamento da Incubadora Oito, novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, com a visão de criar um polo agregador de empreendedorismo e inovação, referência no Rio de Janeiro na

geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de “*startups*” e suporte a iniciativas sociais. O projeto da incubadora Oito visa a suprir uma lacuna no ambiente de inovação do RJ, que é a ausência de um centro de referência e intercâmbio para empreendedores e entidades vinculadas ao tema. O objetivo da iniciativa é ser um ambiente para estimular a criação de novas soluções digitais, inspirar ideias e conectar pessoas, empresas e centros de pesquisa, além de reunir em um só lugar diversas abordagens no tema da inovação e acesso a um dos laboratórios de IoT mais modernos da América Latina. O início do programa foi marcado com o lançamento do edital de incubação de empresas júnior (*startups*) que definiu os objetivos do programa, as verticais de interesse, as parcerias já definidas e o investimento previsto. As soluções e produtos desenvolvidos no Oito terão o suporte da área de Inovação da Oi para serem testados e potencialmente adotados pela companhia, tanto para uso interno quanto para se tornarem parte do portfólio de soluções da empresa oferecido ao mercado.

Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

Objetivos relevantes para o ano de 2018

- ❑ Intensificar o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores e disruptivos;
- ❑ Incubar novas empresas na Incubadora Oito acelerando novas ideias / projetos de inovação e P&D com foco em novos produtos e/ou novos modelos de negócio também através da modalidade de “*Corporate Venturing*” suportando os objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Companhia;
- ❑ Fomentar a cultura de inovação e empreendedorismo junto aos colaboradores da Oi.
- ❑ Visando também a ampliação do ecossistema de inovação será publicado novo edital de concorrência com o objetivo de prospectar parceiros inovadores em tecnologias emergentes aplicáveis a soluções de Eficiência e Produtividade, IoT (Internet das Coisas), Cidades Inteligentes, Serviços de Saúde e Educação, Publicidade Eletrônica e outras que venham a ser demandadas na prospecção, desenvolvimento e graduação de novos negócios na Oi e desta forma habilitar outras instituições científicas e tecnológicas, centros de excelência e empresas incubadas nestas instituições com notória proficiência nessas tecnologias agregando-as ao ecossistema de inovação da Oi.
- ❑ Adjudicar projetos aos parceiros selecionados apoiá-los e orientá-los no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores demandados pelas unidades de negócio da Oi.

- ❑ Reforçar o posicionamento da Oi como empresa inovadora evoluindo um modelo de incubação e aceleração de *start-ups* através de uma instituição dedicada a este fim;

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

Nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR CVM/SEP nº 02/2018, o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração pela Companhia de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.